DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1385/15	DATA: 18/08/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 14h40min	TÉRMINO: 17h31min	PÁGINAS: 83

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Depoente. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Depoente.

SUMÁRIO
Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, entre os anos de 2005 a 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; a superfaturamento e gestão temerária na construção e no afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; e a irregularidades na operação da Companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 41ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura da ata por solicitação do Deputado Izalci.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Expediente:

Mensagem eletrônica da advogada Carla Domenico, encaminhando petição em favor do seu cliente, Sr. Fernando Francisco Brochado Heller. Informa que ele está ciente da audiência designada para o próximo dia 20 de agosto e requer sua dispensa, alegando que seu cliente exercerá seu direito de permanecer em silêncio.

Esse tema já foi amplamente debatido, sendo entendimento desta Presidência que o comparecimento do convocado perante à CPI é obrigatório, independentemente da sua condição de investigado ou testemunha.

O pedido está indeferido.

Mensagens eletrônicas da advogada Giulia de Felippo Moretti, encaminhando petições em favor do seu cliente, Sr. Richard Andrew Van Otterloo, requerendo o adiamento da sua inquirição, alegando que não houve tempo hábil para organizar a viagem e para se preparar para o depoimento, tendo em vista que se encontrava em

viagem por oportunidade da intimação, obtendo conhecimento dela apenas no último sábado.

O requerente reiterou o pedido em correspondência enviada à CPI, prontificando-se a comparecer perante a Comissão quando nova data for designada.

Ofício do Diretor do Departamento Médico da Câmara dos Deputados, Dr. Jezreel Avelino da Silva, informando que, conforme solicitação da CPI, tomará providências na data marcada para acareação entre os Srs. Pedro José Barusco Filho, Renato de Souza Duque e João Vaccari Neto. Um servidor auxiliar de enfermagem acompanhará o procedimento, portando equipamentos para atendimento emergencial, e, caso seja necessário, o atendimento médico será realizado por equipe de serviço de emergências médicas em leito reservado para tal.

Esta Presidência informa que, no último dia 13 de agosto, a CPI reuniu-se com o Exmo. Sr. Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, para tratar de assuntos relacionados ao objeto da investigação. Estiveram presentes, além deste Presidente, os Deputados Antonio Imbassahy, Leo de Brito, Celso Pansera, Izalci, Carlos Andrade e Fernando Monteiro.

Está agendada para o próximo dia 20 de agosto audiência com o Exmo. Sr. Ministro Teori Zavascki, do STF, para também tratarmos de assuntos relacionados à CPI da PETROBRAS. Os Deputados que pretendem participar da audiência devem informar com antecedência à Secretaria da Comissão.

A presente reunião destina-se à audiência pública para tomada de depoimentos com a presença dos senhores... *(Pausa.)*

Já havíamos marcado para hoje quatro depoimentos: do Sr. Leonardo Meirelles; do Sr. Rinaldo Gonçalves de Carvalho; do Sr. Richard Andrew Van Otterloo; e do Sr. José Aparecido Augusto Eiras. O Sr. Leonardo Meirelles só foi intimado no dia de hoje; então, seu comparecimento ficou prejudicado. Nós vamos marcar uma nova data. E também atendemos ao pedido de adiamento do Sr. Richard Andrew Van Otterloo, e vamos marcar a vinda dos dois em uma data próxima, nas próximas semanas de trabalho da CPI.

Então, vamos ouvir hoje o Sr. Rinaldo Gonçalves de Carvalho e o Sr. José Aparecido Augusto Eiras.

A Secretaria da CPI informa que o depoente Leonardo Meirelles não foi localizado no endereço disponibilizado pelo Departamento de Polícia da Câmara dos Deputados. Outras buscas foram realizadas, porém resultaram infrutíferas. Determino à Secretaria que realize diligências junto à Polícia Federal e à 13ª Vara Federal de Curitiba, Paraná, para a localização urgente desse convocado.

Após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que os depoentes presentes serão ouvidos na qualidade de testemunhas, prestando o compromisso de dizer a verdade sobre o que souberem e lhes for perguntado, sob as penas da lei.

Convido primeiramente o Sr. Rinaldo Gonçalves de Carvalho a tomar assento à mesa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ouvir Izalci e em seguida Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, em primeiro lugar, se fosse possível transferir o depoimento de Leonardo para a próxima quinta-feira talvez fosse uma boa ideia, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu peço à Secretaria que de imediato proceda dessa forma.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, como já foi aprovado por esta Comissão o requerimento de convocação de Paulo Okamotto, e agora os meios de comunicação desta semana já trazem inclusive os valores depositados que foram pagos ao ILILS, ao Instituto Luiz Inácio Lula da Silva, então eu pediria a V.Exa. que agende a vinda de Paulo Okamotto o mais rapidamente possível.

Mas também queria pedir que se marcasse a próxima reunião, porque há dois requerimentos que fiz, e agora também foi publicado tudo que eu já disse aqui sobre a questão do Sr. Bumlai, que está confirmada agora. O próprio Nestor Cerveró confirmou tudo que eu apontei no requerimento como motivo da convocação do Sr. Bumlai, não é? E, evidentemente, também no requerimento de convocação do Sr. Marcos Valério. Então, esses dois dependem de aprovação; agora, o de convocação de Paulo Okamotto já está aprovado. É só questão de agendar. E acho que agora

nós temos elementos suficientes para que Paulo possa justificar inclusive as declarações que deu, objeto dessa reportagem que saiu nesta semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Nós vamos marcar a data da próxima reunião deliberativa. Nós queremos primeiro cumprir essa agenda de requerimentos, a quantidade grande de requerimentos que foram aprovados, inclusive o de convocação do Sr. Paulo Okamotto. Quero poder, nos próximos dias, já agendar, e informarei a V.Exa. com antecedência.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não há como marcarmos isso hoje, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Hoje não, porque eu preciso fazer uma reunião primeiro, para ver o cronograma dos próximos dias, porque há a intenção nossa de irmos novamente a Curitiba para fazermos a oitiva de todos os presos que estão lá. Quero poder fechar isso esta semana. E temos também as acareações que estão para ser feitas, os questionamentos que vamos levar ao Supremo sobre a liberação do Sr. Pedro Barusco, e existem todos esses requerimentos de convocações que já estavam previamente marcadas. Eu queria primeiro finalizar isso para marcar a data da vinda do Sr. Paulo Okamotto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos pelo menos assumir o compromisso de que após a definição desses o primeiro a ser discutido seria o de convocação do Sr. Paulo Okamotto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos definir, e nós vamos discutir para marcar a data.

Tem a palavra o Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro que eu considero que seja de grande relevância, sobre a reunião que nós fizemos com o Ministro Celso de Mello no Supremo Tribunal Federal. Quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa. Estivemos lá, o Deputado Imbassahy também estava lá, o nosso Vice-Presidente, o Deputado Izalci, e foram mais de 2 horas de conversa muito frutífera sobre os aspectos gerais/jurídicos da CPI, e também sobre como é que nós podemos aperfeiçoar os procedimentos da CPI, inclusive para evitar a judicialização que tem acontecido em determinadas situações, em que tem havido reclamações junto ao Supremo Tribunal Federal e pedidos de *habeas corpus*.

Eu acredito que foi muito importante a reunião, de grande relevância não só para o andamento desta CPI da PETROBRAS, que continua nos próximos meses, mas também para outras CPIs aqui, para a relação com os advogados também, preservando-se o direito de defesa, o contraditório por parte das pessoas que aqui são inquiridas. Então, eu queria fazer este registro e parabenizar V.Exa. pela iniciativa dessa conversa tão importante entre dois Poderes de grande relevância na República, no caso o Legislativo, que está com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e o Poder Judiciário, na pessoa do Ministro Celso de Mello.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Eu também, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, quero associar-me ao comentário do Deputado Leo de Brito. Verdadeiramente, o Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, recebeu-nos por mais de 2 horas, não foi? Praticamente ele fez uma exposição, com uma clareza retumbante, sobre direitos das pessoas, funcionalidades das CPIs, inclusive até convocando para cada vez mais aumentar o entrosamento entre o Poder Legislativo, no caso aqui a CPI liderada pelo Presidente Hugo Motta, e o Supremo Tribunal Federal, de maneira que eu fiquei muito feliz com a audiência e sai de lá convencido, Deputado Leo de Brito, de que o meu voto em favor da PEC da Bengala foi muito acertado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Imbassahy.

Quero registrar que V.Sa., Sr. Rinaldo, prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sob a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto dos art. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto-o ainda de que o descumprimento por parte da testemunha desse dever legal fará incidirem sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho previsto no art. 342 do Código Penal.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido aos depoentes será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados; os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

V.Sa. tem até 20 minutos para fazer a sua saudação inicial.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Bem, meu nome é Rinaldo. Estou disponível para esclarecer qualquer dúvida dos senhores. Eu trabalhava no Banco do Brasil, atendendo a algumas empresas que fazem parte hoje da... que estão envolvidas com a Lava-Jato. Na época ninguém sabia de nada, e... Estou disponível para esclarecer qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Tem a palavra o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI, pelo tempo que lhe convier.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Rinaldo, qual a trajetória de V.Sa. no mercado financeiro e no Banco do Brasil?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Ah, eu tinha... Eu fui demitido do Banco do Brasil, não estou mais lá. Eu tinha 10 anos de banco. Eu comecei numa agência em Mogi das Cruzes, através de concurso público, como escriturário; saí de Mogi das Cruzes e fui para uma agência em São Paulo, ainda como escriturário; transferi-me mais uma vez para uma terceira agência, que é onde eu estava, a Agência Campos Elíseos; lá eu fui promovido a assistente de negócios, até o dia em que fui demitido.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu ou conhece o Sr. Alberto Youssef? Teve contato com ele em alguma ocasião? Já fez operações diretamente para ele?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nem operou para ele?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, nunca.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quando e em que circunstância V.Sa. conheceu a Sra. Nelma Kodama?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - No meio do ano de 2014, quando ela fez a abertura de conta. Na verdade, semelhante a outros clientes que chegavam com as contas para abrir, essas contas eram repassadas para os assistentes, no caso eu, nós fazíamos a abertura, e, se não me engano, quem chegou primeiro à agência deve ter sido a financeira dela, Dona Iara, e depois ela apareceu uma vez na agência, se não me engano, uma ou duas vezes.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas em todo esse período que relação profissional, ou relação mesmo de amizade, V.Sa. teve com a Sra. Nelma Kodama?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Olhe, o maior contato do assistente que faz o atendimento às empresas é normalmente com o financeiro. No caso, era com Iara. Quando Iara não estava, Dona Nelma assumia e fazia todos os contatos conosco. Então, a gente tinha muito contato por telefone, porque o assistente normalmente disponibiliza o seu telefone para mensagens, para os principais clientes, clientes corporativos, e é através desse contato, mais por telefone e mensagens, que a gente tinha contato com Dona Nelma e com Dona Iara.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A Operação Lava-Jato tem-se debruçado sobre diversas transações bancárias suspeitas de irregularidades que, segundo a operação, teriam contribuído de modo significativo para o sucesso do esquema de envio ilegal de dinheiro ao exterior, principalmente por meio de importações falsas, contas bancárias em nome de empresas de fachada e transações sem lastro. V.Sa. poderia detalhar como era a atuação dos bancos, por intermédio de seus gerentes, para que o esquema funcionasse, para que a movimentação de recursos sem origem, oriundo de crimes, pudesse ser lavada?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Deputado, eu não sei como era o esquema. Eu posso detalhar como eram feitas na agência, no Banco do Brasil, as aberturas de contas. Normalmente o assistente recebe a documentação do gerente. O gerente fala: *"Você deve abrir essa conta e deve atender esse cliente"*. A função do assistente é fazer todo o atendimento, a abertura da conta, que depois é deferida por algum gerente. Fazemos atendimento diário das necessidades desse cliente, porque é um cliente grande, um cliente que movimenta muito e que traz muita seguridade para o banco. A função do assistente é trazer mais seguridade ainda. Como era a relação dos gerentes com essas contas eu não sei detalhar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas então, qual era o seu serviço mesmo? Era só...?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Atendimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sim, mas o que é que era esse atendimento? Não é só atender um telefonema, é também fazer a operação.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, toda... Não, dentro... Como funciona? O cliente, ele precisa... Normalmente essa empresa da Dona Nelma, ela fazia fechamentos de câmbio não com o Banco do Brasil, mas com uma empresa chamada TOV. Esse fechamento de câmbio era feito através de cheques. Eles iam acumulando os valores na conta; no final do dia eles traziam os cheques, os cheques eram vistados por gerente, vistados por tesouraria; qual é que era a minha função? Atendê-los. Falavam: *"Rinaldo, vamos levar um cheque à tarde, me arrume um caixa"*, porque normalmente esses clientes a gente não faz esperarem na fila. É normal. Em todo banco, a cliente grande, a gente dá privilégio. Eu conseguia um caixa privilegiado, eu mesmo levava o cheque até lá, levava o cheque aos gerentes para serem vistados, ao tesoureiro, levava-os até o caixa; eles faziam a movimentação, faziam o depósito para essa empresa chamada TOV, que ia fazer o fechamento de câmbio. Esta é a função do assistente: é dar atendimento privilegiado para alguns clientes que são maiores, na agência, não é? E a outros clientes também da carteira.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., que foi funcionário do banco, que cumpriu essa tarefa que, pelas suas palavras, era a sua função, então V.Sa. se sente um injustiçado, depois de tudo isso, sendo demitido do Banco do Brasil?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim. Meus advogados, não tenho nem noção de como é que eles fizeram a minha defesa, mas o fato é que a acusação de ajudar a desviar dinheiro não é minha, porque não faz sentido; todos os cheques que eles passaram para nós, eles eram vistados pelos gerentes, eram vistados por tesouraria. Minha função era...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. foi o único demitido?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. Houve... Tem mais uma gerente que foi demitida; um gerente administrativo foi... perdeu a comissão, virou escriturário; e eu fui demitido também.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Mas você era servidor de carreira?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Era.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Concursado?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Há quanto tempo?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Há 10 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas na sua visão, a quem caberia verificar que se tratava de uma... V.Sa. acha que a operação que eles faziam, o banco tinha mecanismo para poder detectar que era uma operação fraudulenta?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - É, pelo que eu conheço do banco, ele tem mecanismo, sim. O banco tem mecanismos complexos até. Uma das acusações que me fizeram, que era de não... de que eu fui condenado também, de não avisar o COAF sobre as operações, não é função de um assistente. No Banco do Brasil existe uma... Existe um sistema chamado DLD. Todo final do mês o Sistema DLD mostra as empresas em que tem indícios de lavagem de dinheiro. O gerente das contas dessas empresas tem de fazer uma defesa dessas empresas, ou não; ele pode falar: *"Não, realmente há indícios de lavagem de dinheiro"*. Só o gerente da conta tem acesso a esse sistema que informa ao COAF a suspeita de lavagem de dinheiro. Ele faz a defesa ou leva a... a suspeita de lavagem de dinheiro, e o gerente da agência defere essa... O assistente de negócio não tem nem acesso a esse sistema, que era a minha função.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o gerente que tinha acesso, do banco onde V.Sa. trabalhava, respondeu a algum processo administrativo?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Respondeu.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E a ele não foi imputada nenhuma pena?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Eu não conheço o resultado. Eu só sei que uma gerente foi demitida, o gerente principal pediu aposentadoria, o gerente administrativo foi... perdeu o cargo de gerente, virou escriturário, e eu fui demitido.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Olha, a esta CPI, o operador de câmbio, Luccas, réu no processo da Operação Lava-Jato, fez a seguinte declaração:

"O banco vê isso todos os dias, porque, para eu fechar o câmbio na corretora, o câmbio tem que ser pago pelo próprio importador. Então, eu tenho que encher essas contas todos os dias e fazer o pagamento todos os dias. Então, tem a conivência das corretoras dos fechamentos e dos bancos na movimentação financeira".

O que V.Sa. tem a dizer sobre essas declarações?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Realmente, todos os dias, essa conta, em especial, acumulava dinheiro. Existia, no final do dia, uma transferência para essa empresa TOV. Tudo foi feito dentro das regras do banco. Eles vinham com um cheque assinado. O cheque acima de certo valor precisa ser confirmado. Ligava-se para a empresa, confirmava-se o cheque, o gerente via se o cheque... Leva-se o cheque até o caixa; o tesoureiro confere a assinatura, separa e faz a transferência. Tudo isso foi dentro das regras do banco. Agora, se isso indica lavagem de dinheiro, aí, sim, tem que pegar lá no DLD, que é o sistema que eu informei antes, que indica suspeita de lavagem de dinheiro. O gerente tem que fazer uma defesa ou fazer a suspeita realmente de lavagem de dinheiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, V.Sa. afirma que o mecanismo que acaba indicando as suspeitas existe?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Existem.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O que V.Sa. não consegue afirmar é se esse mecanismo que evidenciava uma movimentação suspeita... Se houve defesa ou se não houve defesa, V.Sa. não sabe informar?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não sei, porque eu realmente não tinha... Assistente de Negócio não tem acesso a esse sistema. Eu acredito que, pela movimentação, ele deveria aparecer todo mês nesse sistema DLD.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas V.Sa. respondeu a uma comissão de sindicância e acabou demitido do banco.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E V.Sa. teve acesso a todo esse processo da sindicância. E, no processo de sindicância interno, V.Sa. não

questionou esses fatos que estamos relatando aqui, sobre o que estamos conversando aqui?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, infelizmente o banco não me deu acesso aos resultados do inquérito. Apenas eu fui chamado para... Depus no inquérito interno administrativo e, depois de um tempo, me chamaram e me demitiram.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. tem o número desse processo?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, não tenho. Eu não tenho informação, na verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, se solicitar, pelo nome de V.Sa. e pela agência bancária, o Banco do Brasil evidentemente...

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, nós vamos solicitar esse inquérito, porque me causa estranheza que o depoente não tenha tido acesso, inclusive para ler e tomar conhecimento de inteiro teor, a um processo que resultou em sua demissão. Isso me causa estranheza. Não pode. O acesso à ampla defesa tem que ser algo defendido por todos nós.

Avançando aqui, em um depoimento prestado à Justiça Federal, o mesmo Luccas disse ter havido conivência de alguns funcionários de banco, com o mecanismo de lavagem montado pelo grupo de Nelma. Disse que a organização criminosa movimentava cerca de 300 mil dólares por dia.

V.Sa. contribuiu para essas movimentações da organização criminosa? Sente-se como alguém que contribuiu com isso?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não! De maneira alguma.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Qual é a participação de V.Sa. nisso?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - A minha participação é essa que eu já falei, que está dentro das regras do banco. A movimentação deles, de valores elevados, estava toda conforme o banco pede: cheques acima de tal valor precisam ser confirmados, precisam ser vistados pelo gerente, confirmados pelo gerente-geral da agência, levado para o tesoureiro, ele estando em vista e confirma a assinatura. Tudo isso foi feito dentro das regras do banco.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em declaração prestada a esta CPI em Curitiba, a Sra. Nelma Kodama relatou que foi condenada devido à movimentação no câmbio de mais de 91 contratos. V.Sa. teve responsabilidade direta com esses contratos? V.Sa. também cooperou com o Sr. Raul Srour e o Sr. Carlos Charter?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, não tive responsabilidade com nenhum contrato de câmbio, mesmo porque ela não fechava câmbio no Banco do Brasil; ela fechava numa outra empresa, chamada TOV. Ela fazia essas transferências para essa empresa, onde era feito o fechamento de câmbio. O Sr. Raul Srour tinha conta também no Banco do Brasil. No início, quando ele abriu a conta no banco, eu atendi a financeira dele, mas logo eu parei de atendê-lo, e ele passou para outro assistente ou para um gerente. Não o atendi mais.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Passando por tudo que V.Sa. já passou, inclusive perdendo o emprego que V.Sa. conquistou com concurso público, V.Sa. é favorável a que as operadoras continuem fazendo o fechamento do câmbio ou que isso retorne aos bancos, como era feito antes? Acha que foi um erro, um equívoco? Gostaria que V.Sa., que passou pelo processo de fechamento fora das corretoras e, depois, nas corretoras, acabou vítima de todo esse processo, envolvido com toda essa questão, falasse com o que V.Sa. poderia contribuir neste momento, com a visão de V.Sa., sobre esse processo.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Eu acredito que o banco tenha um mecanismo, principalmente esse de que falei, o DLD, que é eficiente, ele aponta. Eu não tinha acesso a ele. Talvez ele tenha que ter um mecanismo antes, na ponta, quando chega esse volume de dinheiro que não existe. Ele existe apenas no final do mês. Se ele tiver antes, talvez, seja mais fácil de detectar e de ter uma maneira de bloquear isso. Se houvesse antes, talvez, nada disso tivesse acontecido. Talvez fosse mais difícil um gerente fazer uma defesa de uma movimentação dessa e passar adiante.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Na opinião de V.Sa., a TOV e outras corretoras de câmbio permanecem com a prática de operações ilegais e nos volumes que já foram citados aqui? O Sr. Luccas chegou a declarar aqui que as corretoras continuam a operar com a mesma desenvoltura de sempre. V.Sa.

acredita que outro gerente de banco possa não estar atento a operações como essa que ocorreu da Sra. Nelma Kodama, com a TOV, e de que neste momento podem estar ocorrendo outros casos semelhantes a esse pelo Brasil afora?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Eu acredito que sim. Apesar de ter saído do banco, não acredito que tenha mudado nada. Os mecanismos do banco são os mesmos. Ainda é possível fazer transferências de valores elevados. Eu não conhecia a TOV. Conheci a TOV apenas quando vi essas movimentações. Mas acredito que ainda seja possível esse tipo de transação.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. tem conhecimento de que gerentes de bancos já foram processados por contribuição à lavagem de capitais durante as ações penais do BANESTADO no final da década de 90. No caso de V.Sa., as autoridades chegaram a cogitar responsabilizar por coautoria as instituições financeiras de câmbio envolvidas. Que comentário ou que resposta V.Sa. tem sobre esse dado?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não sei se coautor seja... talvez seja muito forte. Os bancos... Pelo menos o Banco do Brasil, ele se preocupa muito com isso. Ele dá vários cursos para os funcionários sobre lavagem de dinheiro; ele tem esse mecanismo da LD, sobre lavagem de dinheiro. Eles se preocupam, sim. Tem alguns bancos... Coautoria? Não sei. Mas eu acho que ainda tem coisa pra melhorar. Tem muita coisa que é possível fazer. Eu não diria coautoria. Eu acho que os bancos se preocupam, sim, com esse problema.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, uma coisa foi o processo no Banco do Brasil; outra coisa, o processo que ocorreu na Justiça. Mas a Justiça também condenou V.Sa., por corrupção passiva, a 2 anos e 8 meses de reclusão. Nesse caso, V.Sa. também considera uma injustiça essa condenação?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Essa condenação se deve a... Eles encontraram na contabilidade da Dona Nelma dois depósitos — depósitos? —, dois valores de 2 mil reais em meu nome. A Dona Nelma sempre foi um dos clientes que mais trouxe seguridade. E a função do assistente de negócio é exatamente essa, é vender, vender seguridade, vender capitalização. E a Dona Nelma sempre comprou muito, sempre foi muito solícita a isso. E eu fiz algo que não

se deve fazer, que é proibido, o banco proíbe, que é pedir dinheiro emprestado pra cliente. E eu fiz isso. E ela me emprestou. E foi por isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. pagou a ela depois?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. Não tive oportunidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Foi um empréstimo que até hoje está...

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim. Não sei nem se ela ia me cobrar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. disse aqui que acredita que operações como essa estejam ocorrendo, mas acredita que o banco não tenha que inovar em nada, que os mecanismos que o banco possui hoje é suficiente.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não; é o contrário. Eu acredito que ele possa inovar. Eu não sei como, mas, ao invés de ter esse mecanismo no final... No final do mês, por exemplo, ele indica as empresas que têm indícios de lavagem de dinheiro; talvez no começo, na ponta, quando chega o cheque, quando chega a movimentação, já acenda uma luz vermelha, e que a gente possa bloquear ou conduzir de outra maneira essas movimentações.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, vamos dar prosseguimento. Havendo necessidade, eu retorno às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O único Sub-Relator presente é o Deputado Valmir Prascidelli... Ah, o Deputado Altineu Côrtes está presente! Eu estou com o Deputado Altineu na cabeça como autor.

Então, Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. fala como Sub-Relator e já como autor da convocação do Sr. Rinaldo, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, fui autor desse requerimento porque fui o Deputado que assinei os requerimentos da nossa visita a Curitiba. Então, não foi um requerimento, única e exclusivamente, imaginado por mim; saiu daquela nossa visita. Eu assinei todos os requerimentos da nossa visita a Curitiba.

Sr. Rinaldo, o senhor foi demitido do banco por que exatamente?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - O banco não informa, na verdade; ele apenas traz a demissão e você assina. Acredito que tenha a ver com esse pedido de empréstimo no banco. E, com todo esse alarde que deu, o banco procurou outras coisas também, como algumas regras que foram quebradas no atendimento ao cliente. Ele procurou vários detalhezinhos, e juntou tudo, e me demitiu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Como era a relação do senhor com o Sr. José Aparecido Eiras?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - O Sr. José Aparecido Eiras era o gerente-geral da agência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então ele tinha conhecimento de tudo o que o senhor fazia?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mesmo essas transações, esse relacionamento com a Nelma Kodama, ele estava absolutamente por dentro de tudo o que o senhor fazia?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim. Normalmente o...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor não poderia fazer nada sem que ele soubesse?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Ninguém faz nada sem pelo menos duas assinaturas de outros dois gerentes. Qualquer cheque tem que ter uma assinatura de um gerente e outro gerente deferindo. Qualquer abertura de conta tem um gerente conferindo e outro gerente deferindo. Nenhum assistente de negócio consegue fazer nada sozinho nem o gerente faz nada sozinho. Precisa de dois.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E o Sr. Eiras hoje está aposentado?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Eu sei que ele se aposentou.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E o senhor foi demitido, e ele foi aposentado? Mas ele era o chefe?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor acha isso justo?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Se ele era o chefe...

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. Eu não acho.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor foi demitido. Estou vendo, obviamente, o senhor arrependido na questão, como essa que o senhor pediu um empréstimo à Sra. Nelma...

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E um dos motivos foi esse, né?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas também, obviamente, as operações eram feitas, vamos dizer, de uma forma, talvez, dentro das regras, mas fora do padrão. Podemos dizer assim, porque o volume de dinheiro, os TEDs, os saques, vamos dizer, aquele dia a dia ali era um movimento extraordinário, não é?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Fora do normal.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Fora do normal, né?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E acima do Sr. Eiras quem cobrava, no Banco do Brasil, para fazer uma transação, transações desse porte, desse volume? A quem ele se reportava?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - No Banco do Brasil, acima do gerente da agência, existe o gerente regional, que é o gerente que cuida de várias agências.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quem é esse que estava por dentro desse assunto?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Desculpe-me, Deputado. Eu não vou me lembrar do nome do gerente regional. Eles mudavam de vez em quando. Eu não me lembro. A gente não tinha contato com o gerente regional, era mais com o gerente da agência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Como é que funcionavam os saques em dinheiro vivo, quando a Sra. Nelma dizia, por exemplo: *"Nós estamos precisando de 200 mil, de 500 mil, de 1 milhão?"* Como é que funcionava isso?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Excepcionalmente, na nossa agência, em Campos Elísios, havia muito dinheiro disponível, porque o Sr. Raul Srour fazia muitos depósitos em dinheiro. Então, quando ela precisava, normalmente tinha. Ela tinha que avisar pelo menos 1 dia antes, e vinha com o cheque, no dia seguinte, "vistado" por dois gerentes, "vistado" pelo tesoureiro, e levava o dinheiro.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Nesse caso, o senhor participava como um dos vistos, e o Sr. Eiras também participava, porque...

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. Eu não posso vistar, porque sou assistente. Só gerente pode...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então o Sr. Eiras sempre vistava os cheques?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sendo acima de um certo valor, sim; ele sempre "vistava" os cheques.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Que valores?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É. Que valores? Que valores, por exemplo, o senhor poderia dizer... Nós estamos aqui e obviamente o senhor não tem números aqui concretos nem dados exatos. Nós também estamos aqui conversando com o senhor, querendo ver se nós acertamos esse tipo de situação ou melhoramos, não é?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas que volumes ela movimentava em dinheiro? Vamos supor, se o senhor fosse dizer mais ou menos: *"Por dia, ela movimentava 200 mil reais..."*

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - A maior movimentação da Dona Nelma mesmo era na conta, né? Em dinheiro vivo mesmo não eram muitas vezes que ela fazia saque.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Mas na conta qual era o tipo de movimento?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Ela ia acumulando dinheiro. Havia... Iam entrando depósitos, não da nossa agência, mas de outros locais, TEDs iam entrando na conta dela, e, no final do dia... Iam entrando 500, 600,

até 1 milhão de reais, e, no final do dia, ela trazia os cheques e transferia todo esse dinheiro pra empresa TOV.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Transferia para a TOV?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Isso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Aí era a operação dela. Cerca de 1 milhão de reais por dia, por exemplo?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Exato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É. O senhor imagina que nós ficamos muito impressionados com esse número, porque 1 milhão de reais por dia é muito dinheiro.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Muito.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E o Sr. Eiras fazia isso, assim... Ia acontecendo? Porque me parece que ele tinha uma sociedade. A esposa dele tinha uma sociedade com a esposa do Sr. Raul Srour, uma empresa também que intermediava essa movimentação. O senhor está por dentro disso?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. Não estou.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor nunca soube de uma sociedade que eles tinham?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. Não, não sei. Realmente não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E na TOV?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quem era o responsável na TOV que falava com o senhor, que falava com o Sr. Eiras?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. Não tínhamos contato com a TOV.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Só com a Sra. Nelma?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Isso. A TOV era só uma conta em que eram feitas as transferências.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E o senhor sabia que esse esquema era um esquema do Sr. Alberto Youssef?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. Nem sabia o nome dessa pessoa, não conhecia.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Além do Sr. Srour, que outros doleiros... O senhor sabe que o Sr. Srour era um doleiro, não é?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Que outros doleiros operavam na agência? É porque nós vamos ouvir aqui alguns doleiros.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Que eu saiba, o Sr. Raul e a Dona Nelma, que eu me lembre, não é?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E sobre o Sr. Raul o senhor só tratava com ele ou também com os filhos dele?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Quando ele abriu a conta, e eu passei a atendê-lo, eu tratava com uma senhora chamada Ana, que era, acho que a tesoureira ou secretária, alguma coisa dele. Com ele mesmo eu nunca tratei.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E sobre esse movimento da Dona Nelma de 1 milhão de reais por dia, o senhor estima que isso durou mais de 2 anos?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. Ela abriu a conta no... Eu não lembro ao certo, mas acredito que foi em 2014, no meio de 2014, em maio, junho, alguma coisa assim. E foi por 6 meses.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Seis meses?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - É.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E antes disso o senhor, então, não a conhecia?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E como é que o senhor enxerga isso, o senhor que foi de banco? O senhor que... Para ajudar o Brasil aí, que tipo de controle tem que existir? Por que isso tudo nós só sabemos depois? Isso o senhor acha que continua acontecendo nas agências? Quer dizer, o gerente lá, os assistentes estão lá para baterem a meta, pedem para fazer aquela espécie de pique, não é?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Isso. Capitalização.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É capitalização e tal. Isso continua acontecendo?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Certamente. Certamente. Em todos os bancos, a seguridade e a reciprocidade que se pede, principalmente para clientes desse nível, que têm grande movimentação, principalmente o assistente de negócio. Ele está ali para isso, para vender, para procurar a reciprocidade, para procurar vender seguro e capitalização.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então, acaba facilitando essa movimentação?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Exato. Aí meio que o banco... O banco acaba fechando os olhos pra certas coisas, porque sabe que vai ter reciprocidade.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sobre a conta do Sr. Raul, ele só tinha uma conta em que eles movimentavam isso, ele e a Sra. Nelma, ou eram várias contas?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - O Sr. Raul tinha mais de uma conta.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Em nome dele, em nome próprio, ou não?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. Eles não tinham conta em nome próprio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Nunca em nome de pessoa física?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sempre em pessoa jurídica?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sempre. Acho que o filho dele tinha uma conta em pessoa física, se não me engano.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É, não é?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Mas eu atendia só jurídica. Mas eu acho que ele abriu uma conta de pessoa física, o filho dele.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - E a Dona Nelma também, em várias contas?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - A Dona Nelma tinha duas contas, quando ela chegou. Depois, ela abriu mais umas quatro, em janeiro... no final do ano.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Eu quero... Só para o senhor ter uma ideia, não é, esse último Diretor do Banco do Brasil que está lá na Itália foragido — foragido, não, está preso agora. Ele movimentou 72 milhões de reais. Então, perto desse movimento, só da Dona Nelma Kodama é pouco dinheiro, não é?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - É verdade.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor estima que era então, por 6 meses, 1 milhão por dia, 20 milhões por mês, e movimentou...

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Ela movimentou muito. Eu não tenho certeza se era 1 milhão por dia nem se todo dia tinha todo esse montante, mas ela movimentou muito.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Obrigado, Sr. Rinaldo.

Seria só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Valmir Prascidelli não está presente; o Deputado Altineu Côrtes já falou como autor — é o único autor do requerimento. Vamos aos membros.

Com a palavra o Deputado Izalci. V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, Sr. Rinaldo, V.Sa. era auxiliar. Tudo o que o Gerente Eiras pedia para fazer V.Sa. fazia?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - O gerente-geral da agência destina de acordo com o cargo do funcionário.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E ele lhe dava, inclusive, algumas senhas? V.Sa. utilizava a chave, inclusive dele, quando precisava?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. Não pode ninguém. É muito...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. Poder não pode, mas...

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Porque tem um trecho aqui que fala isso, que V.Sa. pediu a perna, porque precisava de duas pernas, não é?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está aqui: *"Tudo o que você tiver que tratar, trate com Rinaldo via BBM"*.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - *"E me passou o BBM do Rinaldo. E o Rinaldo, eu ligava para ele, e ele falava: 'Rinaldo, você pode fazer a gentileza, porque bloqueou a chave J da empresa, de desbloquear?' 'Ah. Vou pedir uma perna, porque eu não tenho autonomia. Eu preciso pedir a perna para o Eiras'. Aí ele ia lá e, daqui 5 minutos, ele voltava"*. E V.Sa. falava para a Iara: *"Iara, está tudo liberado"*.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim. O que é isso?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Funciona assim: por exemplo, bloqueou uma senha do cliente, ele tentou entrar na Internet, só que a senha dele bloqueou.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Aí, V.Sa. ia no Sr. Eiras, e ele lhe passava?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - O cliente nos contatava. Eu precisava contatar o gerente e falar: *"Bloqueou a senha de tal cliente"*.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - *"Não está conseguindo, de tal cliente, não está conseguindo". "Falou com ele? É ele mesmo?"* Esse gerente fazia uma piada. Só o gerente-geral da agência consegue fazer a segunda. Tinha que contatar o Eiras para ele ter acesso. Normalmente o Eiras, mesmo não estando na agência, através de um iPad, conseguia fazer a segunda.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa empresa, Império Import Assessoria, você que cuidava dela?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Eu fazia o atendimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você fazia o atendimento. E você fazia também a atualização do cadastro?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Atualização de cadastro, toda a parte processual.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E essa questão de faturamento, essas coisas, você pegava por telefone mesmo? Você checava isso?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, faturamento precisa ser um documento formal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você exigia isso?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Isso. Tem que ter, se não...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Porque também há um trecho aqui que fala disso, com relação a esse pedido, que com você isso aí era fácil, era tranquilo de resolver. Está aqui, numa mensagem enviada pela Nelma. Está dito assim: *"Oi, Mi! Bom dia! Vou verificar e... O Rinaldo, do Banco do Brasil, vai te ligar e pedir o faturamento. Ele, com certeza, é cem vezes melhor que o Santander".*

Quer dizer, dá a impressão aqui que te ligava, você ligava e pedia o faturamento e colocava lá 1 milhão, 10 milhões. Você colocava e aceitava isso. Você exigia documento?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - É impossível fazer isso, até mesmo porque...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Estou dizendo o que está aqui.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Aí é porque eu fazia o meu melhor atendimento. Eles gostavam de mim, porque eu atendia bem, atendia direito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, você atendia tão bem que há um diálogo inclusive com relação a bloqueio judicial. Você contribuiu muitas vezes, inclusive sugerindo a empresa para não depositar mais, porque já existia ali um depósito que estava bloqueado, aí você mesmo dizia: *"Olha, não deposite mais, porque tem aqui um bloqueio"*. É verdade isso?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Foi assim, Deputado. Já no final...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Final, como? Quando estava presa já a Nelma?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Quando a Dona Nelma já estava presa, a Iara ligou e falou: *"Rinaldo, vai ter um depósito judicial na nossa conta. Eu preciso sacar os valores"*. Eu falei: *"Faz o procedimento que você sempre faz; você precisa sacar"*. E foi feito. Ela trouxe o cheque, foi vistado pelos gerentes, transferi o dinheiro. Quando teve o bloqueio judicial, eu mandei uma mensagem para ela: *"Iara, teve o bloqueio"*. Apenas informando. Ter um bloqueio judicial, acabou. Ela não pode fazer nada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas não era esse santinho assim, não.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Oi?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não era desse jeito assim, como se fosse um santo. Aqui tem o contrário: *"Olha, se você tivesse me avisado inclusive, eu teria até resolvido outros problemas"*. Há vários trechos aqui disso aí.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - O fato é que a gente não sabia que o bloqueio judicial era de origem criminosa. Normalmente bloqueio judicial de empresa é de origem trabalhista.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa empresa, Import, que você tomava conta, você teve a curiosidade de conhecer que era uma empresa fantasma ou não?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Eu não tomava conta da empresa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas você cuidava, então?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, quem cuida da conta é um gerente. Eu fazia o atendimento da empresa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E o senhor nunca desconfiou de que havia uma coisa errada nisso aí?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Pelo movimento, a gente acha estranho, mas a obrigação de fazer a visita à empresa, fazer negócio com a empresa, fazer a denúncia ao COAF é toda do gerente da conta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas você já disse para o Eiras: *"Eiras, essa empresa aqui que eu contribuo é suspeita. Você já fez a comunicação ao COAF?"* Porque são mais de 600, 1 milhão por dia de transação.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, isso é obrigação dele. Não cabia a mim falar para ele.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas você nunca levantou essa questão com ele?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, não cheguei a falar isso. Eu não sabia qual era a relação dele. Eu nunca me senti à vontade para...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você fez tudo isso numa boa mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Eu nunca me senti à vontade para falar essas coisas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só porque me lembrei de uma coisa aqui. No depoimento do Luccas, que é da TOV, você sabia que essa empresa tinha ligação com a TOV, que fazia o câmbio através da corretora TOV?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você sabia disso?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim, a gente...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele disse aqui inclusive que o próprio banco chegava até a falsificar TED, manipular a autenticação para justificar. Você não soube disso?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - O banco? Não, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Foi no depoimento do corretor.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Celso Pansera, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, primeiro também citar, reforçar as palavras do Imbassahy, nosso Deputado e Vice-Presidente, em relação à audiência com o Ministro Celso de Mello, na quinta-feira. Foi de fato muito proveitosa. E, na educação, chamamos a bengala de expulsória. Na educação, muitos professores não gostam dos 70 anos, porque entram na expulsória e são obrigados a se aposentar. E eu votei em função disso.

Mas, Sr. Rinaldo, a sensação que tivemos na audiência com a Dona Nelma Kodama e a Iara Galdino foi que de fato funcionava na agência de vocês, em outras agências também, mas na de vocês uma espécie de conluio muito forte com um conjunto de funcionários que faziam um conjunto de operações irregulares, porque, veja, se há um cliente que movimenta até 1 milhão por dia, não estou dizendo que

todos os dias, mas é muito dinheiro, e é muito dinheiro vivo, é muito papel batendo para um lado e para o outro e tal.

E ela deixa claro que a sua relação tanto com o gerente Eiras como com ela era uma geração de formação de grupo mesmo, não vou usar a palavra quadrilha, mas o fato é que ela deixou claro ali que havia uma conivência muito forte por parte da agência. E ela fala em movimentação de dinheiro em espécie, porque o meu questionamento a ela foi em função de ela ter sido presa com 200 mil euros num aeroporto, e ela dizendo: *"Não, a gente vai juntando aos poucos, pegando aqui e retira do banco"*.

Então, eu acredito que o Banco do Brasil tenha elementos muito fortes para demitir um servidor de carreira, porque é muito difícil demitir um servidor de carreira, concursado, com anos de banco. Geralmente essa coisa se estende durante muito tempo até conseguir fazer a publicação e a demissão.

Então, não nos parece que a sua relação — aqui não é uma acusação, é um fator subjetivo, mas eu estou falando para o senhor — fosse tão pura, tão inocente, vamos dizer assim, tão informal, que havia de fato um funcionamento ali mais forte.

Obviamente o Sr. Eiras se aposentou. Houve uma outra gerente que foi demitida. E um outro gerente que perdeu o cargo de confiança e voltou a ser servidor da área administrativa. E você é que foi demitido efetivamente, não é? Houve quebra do seu BBM, do sigilo do seu BBM?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Acredito que sim. Foi apreendido pela Polícia Federal o meu celular.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Mas você não sabe, no processo da sua condenação, não sabe se houve quebra do seu BBM, do sigilo? Houve quebra do sigilo fiscal, telefônico no seu processo?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, não que eu saiba.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Quanto tempo demorou essa tramitação do seu processo, tanto o administrativo quanto aquele judicial?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - O administrativo deve ter demorado uns 8 meses.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Foi rápido. E o judicial?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - O judicial foi de abril, 1 ano mais ou menos. Não; menos de 1 ano.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E esses procedimentos que vocês faziam eram facilmente justificáveis dentro das normas do banco? Encontravam sempre respaldo na normativa do banco?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Com o procedimento do assistente?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Do que vocês faziam de pegar cheque, levar até o caixa, movimentar, porque isso se transformava em algum momento em dinheiro vivo e em transação. Por exemplo, o senhor falou aqui que a Nelma chegou a ter seis contas correntes. Na mesma agência?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim, na nossa agência.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - De pessoas físicas?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Jurídicas.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Jurídica. Seis empresas diferentes.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Exato.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Que ela apresentou. E ela como sócia?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Ou ela como procuradora?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Nenhuma como sócia nem como procuradora. Não, não...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Todas com procuradora?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - É, exato. Havia outros sócios.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Porque, se ela tinha seis contas, se o senhor sabia que era conta vinculada à Nelma, algum vínculo deveria ter, ou uma procuração, ou no mínimo uma conversa.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Isso. Havia conversas entre os gerentes, todos sabiam que ela era dona, a responsável pelas contas.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E nunca se falou que haveria alguém acima da Nelma?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Nunca se cogitou que poderia ter alguém de maior porte acima dela movimentando isso?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, não; ninguém imaginava.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E esse dinheiro, em algum momento, foi transferido para o exterior? Houve transferência para o exterior de dinheiro?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Que eu me lembre, nenhuma. Apenas transferências para essa empresa TOV, que eu me lembre.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E a TOV continua operando, não é?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Eu não sei.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O diretor do Banco do Brasil falou aqui que até há procedimentos, mas... TOV, para mim, é a Torcida Organizada Vascaína. Mas ela continua operando. O Diretor do Banco Central falou aqui, apesar de toda essa questão aí. E ela cita...E ela cita você numa série de momentos do depoimento que ela deu para a gente, colocando você como parte desse esquema forte que funcionava. E aí vou repetir: então, o senhor não conhecia, nunca soube que era vinculado ao Alberto Youssef?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, nunca.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Nem ao Sr. Carlos Habib Chater?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, nunca tinha ouvido falar no nome deles.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Para vocês da agência a *top* de linha era a Dona Nelma?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Era ela que comandava esse esquema todo?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E, quando vocês responderam isso à Justiça no seu processo perante o juiz, você reafirmou isso tudo?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E nunca houve investigação da Polícia Federal que tenha ido além disso, com indícios além disso no seu processo?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E a sua condenação foi por que motivo? Qual foi o motivo da sua condenação?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Na minha condenação se fala em corrupção passiva por ter recebido valores da Dona Nelma, que eu aleguei como empréstimo, que realmente eu pedi emprestado, por não informar ao COAF, o que não era a minha função, por ajudar a transferir valores de bloqueio judicial. Minha condenação falava disso.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Mas você disse que achou que o bloqueio judicial fosse questão trabalhista.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim, na verdade nem acesso eu tenho ao bloqueio judicial. Me foi informado pelo gerente: *"Rinaldo, entrou o bloqueio judicial dessa conta"*. E eu informei à Dona Iara. No outro dia, o gerente falou: *"Rinaldo, esse bloqueio judicial de ontem é criminal"*. Nós nos assustamos ao saber que era um bloqueio de ordem criminal. Nós nunca tínhamos visto um bloqueio judicial de ordem criminal.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Leo de Brito. *(Pausa.)* Ausente.

Deputada Eliziane Gama. *(Pausa.)* Também ausente.

Deputado Antonio Imbassahy, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Rinaldo, eu acho que já estão muito caracterizadas as fragilidades do sistema de controle dessas operações, está mais do que claro isso aqui, por tantos depoimentos hoje, mais uma vez hoje aqui a pergunta do Deputado Altineu Côrtes, do competente Deputado Altineu Côrtes, vai consagrando isso, porque movimentar 1 milhão de reais em espécie por dia sem que o COAF, sem que a Receita Federal, sem que o Banco Central e sem que o próprio gerente do banco ou a direção do banco observe isso, evidentemente que tem alguma coisa podre aí

nessa história toda. E uma das nossas atividades, certamente, no relatório final, é sugerir uma nova legislação, algo que possa reduzir essas falhas no sistema.

Portanto, eu gostaria, sem entrar em detalhes operativos, Sr. Rinaldo, até porque tem muitas informações que comprometem V.Sa., eu queria entender melhor quando V.Sa. fala *"essa é a responsabilidade do DLD"*. Eu queria entender o que é exatamente esse órgão, o DLD, quais são as suas competências e, no caso da sua gerência, no caso da sua agência, quem era a pessoa responsável por esse sistema DLD ou por esse órgão DLD?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - É um sistema no computador, o DLD. De acordo com a movimentação do cliente, com os dados do cliente, ele aponta um indício de lavagem de dinheiro. Ele pode apontar, por exemplo... Era muito comum... Empresas de advocacia caem muito no DLD porque elas recebem muito dinheiro. Aí você faz a defesa — *"é empresa de advocacia que recebe..."* —, e tudo bem: o COAF entende, e passa. Então, quando aponta no DLD, esse sistema do banco, que essas empresas têm indícios de lavagem de dinheiro, o gerente da conta... No caso, as empresas da Dona Nelma tiveram alguns gerentes: eles começam com um gerente e depois, conforme vai aumentando o faturamento, passam para outro gerente. O DLD é feito por esse primeiro gerente, que verifica a empresa que está no DLD, faz a defesa ou não, pode falar que realmente é um indício de lavagem de dinheiro, e o gerente-geral da agência faz o deferimento, tudo no sistema. Esse sistema DLD, pelo que eu sei, ele informa ao COAF.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY - Bom, Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir e solicitar que esses dados referentes a esse sistema, enfim, a essas operações que foram feitas especificamente nessa agência do Banco do Brasil durante esse período, pudessem também chegar aqui à CPI, para que a gente subsidiasse melhor o nosso relatório final, contribuindo para com o Relator Luiz Sérgio, no sentido de aprimorar esses procedimentos — mais do que aprimorar, certamente até responsabilizar quem deva ser responsabilizado.

Confiamos aqui na Operação Lava-Jato, vejo que já tem muita investigação, muito detalhamento com relação a essas operações, mas isso é importante para que a gente possa, ao fim e ao cabo, fazer as nossas sugestões sobre procedimentos de controle e fiscalização dessas operações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa. Nós vamos procurar solicitar dados dessas operações, porque fica muito evidente a fragilidade do nosso sistema financeiro, em que muitas vezes as pessoas, como o Sr. Rinaldo, que estava participando do processo, usam essas fragilidades para poder não concluir as explicações que a CPI precisa saber e até propriamente do próprio COAF, Banco Central e o próprio Banco do Brasil. Então, isso mostra uma vulnerabilidade muito grande, e acredito que o nosso sistema financeiro precisa tomar uma providencia, até porque, quando se fala em escândalo no Brasil, sempre se fala em remessa de dinheiro para o exterior, porque, sem dúvida alguma, deve ser uma manobra fácil de ser executada para quem quer, de certa forma, fraudar e principalmente desviar dinheiro público fruto da corrupção.

Deputado Alberto Filho, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria perguntar aqui ao depoente quanto tempo V.Sa. passou como gerente do Banco do Brasil, de que ano a que ano?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Nenhum dia, eu não era gerente do Banco do Brasil; sou assistente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sim, na assistência?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Uns 4 anos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Quatro anos. De que ano a que ano?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Eu saí em 2014; então, de 2010 a 2014.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Certo. Em depoimento do Sr. Luccas Pace Júnior, ele afirmou que as corretoras de valores e bancos também participavam das operações de câmbio fraudulentas, recebendo comissões para realizar as análises... para não realizar as análises do perfil das empresas, o que facilitou nos movimentos ilícitos, nas movimentações ilícitas, e citou também o Banco do Brasil por deixar de fiscalizar propositalmente operações suspeitas. Eu pergunto se V.Exa. chegou a detectar operações suspeitas realizadas pelas empresas do Sr. Raul Henrique e quais as providências adotadas quanto a essas suspeitas.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - O Sr. Raul, em específico, tinha uma movimentação em espécie muito grande na agência. Isso é incomum em qualquer agência. Nunca vi nenhuma agência que tivesse movimentação desse tamanho. Era de estranheza para todo funcionário. Ao mesmo tempo, a gente sabia que o Sr. Raul tinha autorização do banco para fazer esse tipo de movimentação. Não sei se ele tinha algum tipo de autorização direta com a tesouraria central do banco, para o banco captar esse valor alto.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Mas V.Sa. tinha conhecimento das comissões?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Não?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Em depoimento da Sra. Iara Galdino, ela fala que, quando o Sr. Raul apresentou o Eiras, para que fosse aberta a conta no Banco do Brasil, foi porque ele, o Sr. Raul, tinha um débito com a Sra. Nelma Kodama, e ela precisava... ele precisava pagar esse débito a ela. Então, ele pegou e fez uma válvula: *"Eu vou te colocar ali, Iara, no Banco do Brasil, porque, com o lucro do Banco do Brasil... pra eu tirar dessas empresas o valor para passar para a Nelma"*. Foi um contrato que eles fizeram de um valor que ele teria de repassar pra ela todo mês, da dívida que ele devia. *"Foi aí aonde eu comecei a operar no Banco do Brasil, na Rio Branco"*, porque ele tinha... Então, a Sra. Iara começou a ter esse contato com o Banco do Brasil a partir daí. Aí, eu lhe pergunto: V.Sa. tinha conhecimento dessas movimentações do Sr. Raul através do Banco do Brasil?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não sabia dessa relação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Dessa relação dele com o Sr. Eiras?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, não sabia dessa relação da Dona Nelma com Sr. Raul de dívida de um com o outro. Não sabia.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Então, V.Sa. não tem como falar como essas operações eram realizadas lá no Banco do Brasil?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, nem lembro se tinha movimentação entre as contas deles. Não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Aluisio Mendes. V.Exa. tem até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, pela ordem: eu queria só pedir a V.Exa. que garantisse a minha fala — parece que V.Exa. já me chamou — logo após o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com certeza V.Exa. falará em seguida.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Reinaldo, eu estava ouvindo aqui o seu depoimento. O senhor foi condenado por corrupção passiva, e me surpreendeu até a pena que o senhor pegou. O senhor é funcionário público, e a pena poderia ser bem superior a 2 anos e 8 meses em regime aberto — foi essa a pena aplicada a V.Sa., não é?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor está recorrendo dessa pena?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor entrou com recurso. E a sua demissão do Banco do Brasil, pelos procedimentos que a gente conhece para demitir um servidor público, ela foi muito célere. Eu acho que isso é embasado nas provas contundentes contra V.Sa. Eu vi aqui no seu depoimento que o senhor avisou a Iara sobre o bloqueio judicial, porque entendeu que era um bloqueio trabalhista e não criminal? Não foi isso?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - De qualquer maneira, é crime o senhor informar de um bloqueio judicial, seja trabalhista ou criminal, e o inciso penal é o mesmo — o senhor está burlando a lei. Independentemente de o bloqueio ser criminal ou trabalhista, o fato é o mesmo. Se há um bloqueio judicial e o senhor avisa o correntista para que não deposite dinheiro em função de um bloqueio, o senhor está cometendo o mesmo tipo de legalidade. Agora, só o alerto para o seguinte: quando chega a autorização de um bloqueio judicial a um banco, vem a vara que está determinando aquele bloqueio e, nesse caso específico, ele informava que era a Vara Criminal do Paraná. Então, não tem como o senhor não saber que

esse bloqueio era de origem criminal — o que o senhor está dizendo aí não é verdade. Se o seu o gerente lhe informou que havia um bloqueio, ele, com certeza, sabia a origem desse bloqueio, porque, no mandato judicial que determina o bloqueio, está dito qual é a vara que está determinando o bloqueio, e lá claramente estava dito que era a Vara Criminal do Estado do Paraná. Então, o que o senhor disse aqui não é verdade.

Deixe-me lhe fazer uma pergunta: o senhor se acha injustiçado em ter sido demitido do Banco do Brasil e ter sido condenado por corrupção passiva?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor não acha que os valores envolvidos na sua corrupção, 4 mil reais... O senhor era funcionário de carreira do Banco do Brasil?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor recebia quanto por mês?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Por volta de 4 mil reais por mês.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Pois é, então, o senhor, com salário de 1 mês, por ter recebido... Eu acho que não foi só isso — isso foi o que a Justiça comprovou que o senhor recebeu da Sra. Nelma. O senhor, por causa de 4 mil reais, de um suborno de 4 mil reais, perdeu toda uma carreira no Banco do Brasil e está condenado hoje por corrupção passiva. O senhor acha justa essa condenação e a sua demissão do Banco do Brasil, ou o senhor se considera injustiçado?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, não acho justa.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor informou aqui que essas movimentações financeiras de que o senhor participava — o senhor coordenava essas contas da Nelma —, não eram informadas ao COAF. O senhor disse que não era atribuição sua informar ao COAF isso, não foi o que o senhor disse?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mas era competência sua informar ao seu gerente que havia uma movimentação atípica naquela conta, para que ele informasse ao COAF. O senhor não concorda com isso?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Todos sabiam da movimentação. A movimentação é feita por cheque. O gerente é que assina... ele que vista o cheque. Eles sabiam da movimentação.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O seu gerente-geral também foi demitido do Banco do Brasil?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Que eu saiba, ele se aposentou antes disso. Talvez ele estivesse...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mas, independentemente de ele ter se aposentado ou não, o processo administrativo disciplinar vai buscar inclusive o aposentado, desde que o crime seja cometido ou que o deslize seja cometido durante o período em que ele estava na ativa. Foi aberto algum procedimento com relação ao gerente?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Ele permanece como aposentado do banco? Não foi cassada a sua aposentadoria?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Eu não sei.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Ele não foi condenado nesse processo. Eu vi que ele não foi condenado.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - No processo da...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Nesse processo criminal, no qual o senhor foi condenado.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Criminal, não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Pois é. Se ele tinha participação nisso, se ele sabia dessa movimentação e não informava ao COAF — porque a sua pena também diz isso, com relação ao senhor não informar ao COAF da movimentação atípica na conta —, por que o gerente-geral também não foi condenado nesse processo? O senhor disse se informava a ele? O senhor disse isso ao Juiz Sérgio Moro, durante a sua oitiva na Justiça Federal?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim, na verdade eu só fui preso — gerou-se um processo contra mim —, porque eu tinha contato com eles via telefone, porque eu fazia atendimento. A polícia, quando viu as minhas mensagens para a Dona Iara, atribui que eu era o gerente da conta.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mas o senhor comunicou ao Juiz Moro e à Polícia Federal, na época da sua prisão, que o senhor informava o seu gerente-geral daquela movimentação atípica na conta da Sra. Nelma, que, é claro, tinha origem ilícita: alguém que movimenta... O senhor conhecia o histórico da Nelma Kodama quando ela virou sua cliente?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. Acho que ninguém na agência...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor não teve essa preocupação, ao ver uma pessoa com essa movimentação totalmente atípica, de verificar quem era essa pessoa? Bastava um acesso ao Google — "Nelma Kodama" —, que o senhor ia saber o histórico dela. O senhor não teve essa curiosidade?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, eu não fiz isso. Acho que ninguém na agência fez, não que eu me lembre. Senão, teriam alertado, falado alguma coisa.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - É estranho.

E quando o senhor se sentiu à vontade para pedir esse empréstimo a ela? Qual foi a origem dessa liberalidade de o senhor pedir: *"Olha, Nelma, eu queria um empréstimo de 4 mil reais"*?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Exatamente porque ela tinha essa movimentação grande, porque ela era muito recíproca quando a gente pedia seguridade, quando a gente pedia capitalização. Ela era supersimpática, cativante, e eu, na minha dificuldade, me senti a vontade para fazer isso.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, nunca lhe causou nenhuma suspeita alguém que movimentasse uma soma tão vultosa, sempre em nome de terceiros — ela era apenas procuradora —, para que se informasse quem era essa pessoa? Como assistente de gerência do Banco do Brasil, nunca lhe passou pela cabeça fazer uma pesquisa mais aprofundada de quem era aquela pessoa?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor considera isso normal?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Na época, sim. Não vi motivo para...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não, na época, não: em qualquer época, eu não considero essa...

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não vi motivo para eu entrar no Google e saber quem era... Eu nunca fiz isso com nenhum cliente.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Pelo visto, em função dessa sua possível alienação, o senhor está condenado hoje por corrupção e está demitido do Banco do Brasil. Talvez, se o senhor tivesse tido mais diligência em verificar quem era aquele cliente que movimentava somas tão vultosas, de maneira tão fácil, talvez o senhor hoje continuasse funcionário do Banco do Brasil e não estivesse condenado por corrupção passiva.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Nisso eu concordo com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade, praticamente todas as minhas perguntas já foram feitas pelos demais colegas. Eu queria fazer apenas uma pergunta ao Sr. Rinaldo.

Antes, mais uma vez, reafirmo: a gente percebe, nos trabalhos da CPI, certo esvaziamento. Há muito pouca presença dos Parlamentares. A gente percebe que a gente não consegue acrescentar e caminhar no foco principal das investigações. Eu acho que nós precisamos voltar ao foco.

Há nomes que nós precisamos ouvir na CPI que, infelizmente, não foram colocados na pauta até o presente momento. O Paulo Okamotto, por exemplo, é um dos nomes que nós precisamos ouvir nesta Comissão. Nós já aprovamos outros nomes importantes — a vinda do Dirceu, do Palocci... Ou então a gente vai ficar num marasmo aqui, Presidente. Eu não posso me furtar a fazer, mais uma vez, esse protesto, coisa que nós já fizemos várias outras vezes. Está havendo um esvaziamento total. A CPI do BNDES acabou levando, inclusive, vários Parlamentares daqui para lá.

Sr. Rinaldo, eu, na verdade, estava fazendo uma avaliação e uma discussão com os colegas da assessoria. Parece que a União pode perder ainda mais dinheiro a partir da... E aí vem a minha pergunta, que é a única pergunta que eu quero fazer

ao senhor: o senhor pretende acionar, ou o senhor já acionou, o banco pela forma como se deu a sua demissão, a partir da não abertura, digamos assim, do procedimento normal, de processo administrativo disciplinar? O senhor pretende acionar o banco nesse sentido? Se isso acontecer, e o senhor eventualmente vier a ganhar uma causa dessa natureza, o povo brasileiro ainda vai ter muito mais prejuízo. Portanto, a União ainda terá muito mais prejuízo.

Ouvindo o senhor aqui — ouvi muito pouco o senhor... Nós ouvimos, por exemplo, a Kodama, quando nós estivemos no Paraná, e ela fez queixa do Luccas Pace e de outros mais e sempre falou: *"Olha, eu fui muito injustiçada. A minha pena foi extremamente alta"* — se não me foge a memória, a pena foi de mais de 20 anos, não foi isso?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Enfim, foi uma pena realmente alta na quantidade de anos, e ela se sente extremamente injustiçada.

O senhor acha que falta ainda os figurões serem presos e serem de fato ouvidos pela Justiça brasileira e até mesmo pelos demais órgãos que fazem a investigação, a exemplo desta CPI, do Ministério Público Federal e de outros órgãos mais?

Essa é a minha pergunta, além da primeira, referente à questão da sua decisão de acionar, junto à Justiça do Trabalho, o Banco do Brasil.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Num primeiro momento, quando eu tinha advogado, ele falou em acionar o Banco do Brasil, sim. O fato é que os meus advogados nem ajudaram a recorrer. Eles abandonaram a causa, não ligaram mais. Foi recorrido por um advogado que foi indicado — eu não sei nem como funciona.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O Ministério Público do Trabalho?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Isso. Deve ser.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - A Defensoria. Isso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Os advogados da Defensoria.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Isso no processo em Curitiba. Foram eles que recorreram. Eu não sei nem como está funcionando. Ou

seja, eu não tenho advogado, eu não tenho recursos para acionar um advogado para uma ação no Banco do Brasil. Hoje eu não tenho advogado.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só para eu entender melhor, o senhor recorreu à Defensoria Pública? É isso? O senhor não tem advogado?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Foi a Defensoria Pública que fez a sua defesa.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Félix Mendonça, V.Exa. tem até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Eu gostaria de saber do senhor se esse procedimento tinha a aquiescência ou tinha a orientação superior para isso, se existiam pares, que o senhor saiba, que também faziam esse procedimento errado. Por fim, gostaria de saber qual o salário que o senhor recebia e se o senhor recebia comissões para fazer esse procedimento.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - De qual procedimento o senhor fala? O da movimentação da Dona Nelma?

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Sim. Isso.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - O procedimento dela era feito não só para ela, como para todos os clientes. Todos os clientes que chegam com um cheque de valor alto… É o procedimento normal dos funcionários, dos assistentes fazerem isso.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - O senhor já recebeu alguma comissão, algum valor para fazer alguma coisa desse tipo?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não. Não precisa. Qualquer funcionário tem a obrigação de fazer isso.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Não, não: estou perguntando se o senhor recebeu.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Não, nunca recebi nada.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Esse é um procedimento comum entre os pares?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Então é completamente vulnerável ao sistema. *(Pausa.)* Qual é o seu salário?

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Por volta de 4 mil reais — era.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Félix Mendonça.

Não havendo mais inscritos, eu abro os microfones para que o Sr. Rinaldo possa fazer as suas considerações finais.

O SR. RINALDO GONÇALVES DE CARVALHO - Eu quero agradecer a oportunidade de tentar esclarecer um pouco o que aconteceu. Esse tem sido um drama para mim desde que eu fui preso, pelo fato de eu atender essas pessoas e não as conhecer. Por isso eu concordo com o Deputado: se eu realmente tivesse procurado saber quem eram essas pessoas, talvez nada disso tivesse acontecido, talvez eu ainda estivesse trabalhando no banco. Espero ter acrescentado alguma coisa para os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa. V.Sa. está dispensado.

Convido agora o Sr. José Aparecido Augusto Eiras a tomar assento à mesa. *(Pausa prolongada.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sr. José Aparecido Augusto Eiras, V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha. Nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto-o ainda de que o descumprimento, por parte da testemunha, desse dever legal fará incidir sobre si as penas cominadas pelo crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço a atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares para as normas estabelecidas no Regimento Interno da

Casa. O tempo concedido aos depoentes será de até 20 minutos, prorrogados a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. José Aparecido Augusto Eiras.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Boa tarde, Srs. Deputados. Inicialmente, eu gostaria de agradecer a compreensão, porque não pude comparecer na oitiva, na primeira convocação por estar em recuperação de uma cirurgia. Trabalhei no Banco do Brasil por 32 anos e, desses 32 anos, 12 anos como gerente-geral de agência. Sempre trabalhei na empresa, honrando e cumprindo suas normativas, dentro dos preceitos e orientações do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Sa.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, pelo tempo que lhe convier.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., antes de ser gerente em São Paulo, foi gerente do Banco do Brasil no Paraná?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Exatamente, eu fui gerente em Ipiranga, no Paraná, e em Curitiba, em duas agências.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Depois dali, V.Sa. foi ser gerente em São Paulo?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Fui ser gerente em São Paulo, na Agência Campos Elíseos, na Avenida Rio Branco.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Como o Banco do Brasil atua nos contratos de câmbio firmados por seus clientes? V.Sa. tinha alguma atuação nessas operações?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - As operações de câmbio do Banco do Brasil são todas conduzidas por uma gerência específica de câmbio, e o Banco do Brasil toma muito cuidado na contratação, na liberação de operações de câmbio para clientes. Inicialmente, para um cliente conseguir uma operação de câmbio junto ao Banco do Brasil, ele tem que ter, no mínimo, 1 ano de conta na agência, no banco, para aí, sim, ser analisada a possibilidade de fazer operações de câmbio via Banco do Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A agência tem um gerente para essa operação, mas está subordinado ao gerente-geral?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Ele... Não está. É uma área de câmbio específica do Banco do Brasil, onde tem os gerentes de câmbio, que atuam quando são requisitados pela agência: eles vão fazer visita às empresas para conhecer essas empresas, para poder liberar essas operações de câmbio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas eles visitam essas empresas por amostragem, por desconfiança, como é que é?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eles visitam a empresa pra conhecer realmente a empresa, a atividade da empresa, pra poder liberar operações de câmbio. O banco, nesse sentido, ele tem, assim, uma certa rigorosidade pra liberar operações de câmbio para empresas.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas, aqui nesta CPI, nós chegamos a ouvir afirmações do tipo: *"Era um botequim, um boteco"*, com todo o respeito aos botecos e aos botequins, *"que não tinha nem conta bancária, mas que fazia — e certamente deve estar fazendo hoje outras iguais a essas — operações de câmbio"*. Então, como entender uma ação que V.Sa. diz ser muito criteriosa e, por outro lado, verificar que operações escandalosas e criminosas, como as que ocorreram com a TOV, com a Nelma Kodama, ocorrem?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - O Sr. Deputado falou a palavra certa: operações realizadas com corretoras e não com bancos. Pelo menos eu posso falar do Banco do Brasil categoricamente isso. O que eu percebi aí da questão seria que essas operações seriam realizadas em corretoras, e não em bancos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa., que foi gerente por muitos anos do Banco do Brasil, é favorável a que corretoras continuem a fazer essas operações?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu não saberia lhe dizer friamente se todas as corretoras atuam da forma que foi informada aqui nesta CPI. O que eu posso dizer é que, de uns tempos — uns 8 ou 10 anos, não me recordo —, foi liberado para as corretoras fazer operações de câmbio também. Antes, o Banco do Brasil, ele sempre teve... Ele acompanhava e controlava todas as operações de câmbio dentro do SISCOMEX. Então, eu entendo que, pelo tempo de banco que eu tenho, era um processo muito bem elaborado e muito perfeito dentro do banco. Eu posso afirmar que até hoje é feito dessa forma também. E tem outra: se algum

cliente tentar burlar, fazer alguma coisa errada, não passa de 2 meses e é cortado, porque se pega. Consegue-se pegar.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu a Sra. Nelma Kodama?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu conheci a Sra. Nelma Kodama em uma visita em que ela esteve na agência acompanhada da Sra. Iara Galdino. A Sra. Nelma foi até a agência pra solicitar que o banco liberasse, pra que a empresa Império pudesse fazer operações de câmbio junto ao Banco do Brasil. Naquele momento, informei a ela que não tinha condições de o banco realizar operações de câmbio, porque a empresa fazia apenas 1 mês, 40 dias que estava aberta dentro do banco, e o banco só começa a analisar a possibilidade de se fazer operação de câmbio com empresas após 1 ano de tratativas dentro do Banco do Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. conheceu o Sr. Raul Srour?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Conheci o Sr. Raul Srour, da Distri-Cash.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em que situação? Em que contexto?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Como eu conheci o Sr. Raul Srour: a empresa Distri-Cash tinha a sede dela em Alfenas, Minas Gerais, e tinha conta no Banco do Brasil, na agência de Alfenas, Minas Gerais também. Começaram a aparecer na minha agência pessoas pra depositar valores em espécie para a empresa Distri-Cash, que ficava em outro Estado. Com essa situação, todos os dias apareciam vários volumes elevados de depósitos na boca do caixa. Com essa situação, um dos funcionários falou que o Sr. Raul gostaria de conhecer a agência porque ele gostaria de transferir a conta aqui pra São Paulo, pra facilitar as tratativas dele. Foi aí que nós fomos buscar informações da empresa. A empresa já existia, já era correntista do banco há um certo período, dentro do Banco do Brasil em Alfenas. Fui até ele pra descobrir o que era o negócio dele, porque tinha tanta movimentação de valores vivos, em vivo, dentro do Banco do Brasil. Foi explicado que ali era uma corretora, que ele possuía várias lojas de câmbio em vários *shoppings* de São Paulo e que diariamente ele tinha que pegar esses valores e depositar, pra transferir pra um banco de câmbio, para no outro dia ele ter moeda novamente para trabalhar. Diante dessa situação — eu vi também uma situação de

risco para as agências, para os funcionários — onde todos os dias tinha pessoas com elevada monta de dinheiro na boca do caixa, conferindo esses valores na boca do caixa, eu fiz um *e-mail* para as áreas de tesouraria do Banco do Brasil em São Paulo, relatando a situação e vendo a possibilidade de se buscar alguma alternativa que não impactasse tanto o caixa do banco, nem colocasse em risco a agência, porque as pessoas ficam vendo que entra dinheiro em volume alto, e isso é um risco para o banco também. Tive a resposta de que esse procedimento não era só na minha agência, mas em outras agências também onde eram depositados esses valores. Então, eles faziam os depósitos em várias agências do banco. Essa área de tesouraria e de segurança do banco pediu uma reunião com o Sr. Raul Srour para que pudessem entender a empresa dele e tentar buscar uma alternativa para a situação que estava já há muito tempo ocorrendo dentro do banco. Então, foi nessas condições que conheci o Sr. Raul.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Os funcionários do Banco do Brasil que foram conhecer as empresas do Sr. Raul Srour, o que encontraram? Qual foi o relato que fizeram? Pois, mesmo sendo casa de câmbio, a análise do banco foi a de que daria para movimentar essa quantidade grande de dinheiro?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Pela quantidade de lojas que ele tinha e por tudo que ele mostrou pra... Fomos visitar eu e mais quatro gerentes da área de segurança e de tesouraria do Banco do Brasil em São Paulo. Dentro de São Paulo, como há uma amplitude muito grande de agências, lá nós temos dez áreas de tesouraria, que controlam todas as agências de São Paulo. Então, foram quatro desses gerentes na visita à empresa, tentando buscar uma alternativa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quantas empresas do Sr. Srour V.Sa. e os outros funcionários visitaram?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Foi visitada a corretora. E, ali na corretora, ele tinha acesso e demonstração de todas as lojas dele no *Shopping* Higienópolis... Nos maiores *shoppings* de São Paulo ele tinha lojas de câmbio, inclusive lojas de rua também.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A Sra. Nelma Kodama disse em depoimento nesta CPI que V.Sa. tinha total conhecimento das operações feitas por ela. Ela disse ainda que V.Sa. tinha relações ou sociedade com o doleiro Raul

Henrique Srour, nos seguintes termos: *"Eu tenho provas que o Sr. Raul, junto com o gerente-geral do Banco do Brasil, o Sr. José Augusto Aparecido Eiras, havia um contrato entre eles, pelo qual eles movimentavam grande quantidade de dinheiro"*. Pelas graves afirmações feitas pela Sra. Nelma Kodama contra V.Sa., o que V.Sa. tem a dizer? Adotou alguma medida judicial contra a Sra. Nelma Kodama?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Primeiramente, eu não tinha nenhum contrato, como ela citou aí, com o Sr. Raul. Quem tinha um contrato era o Banco do Brasil e a empresa Distri-Cash. Agora, complementando a visita, eu vou lhe explicar o que é esse contrato. Com a visita com as áreas de segurança do banco, que nós estivemos dentro da empresa, visitando-a na busca de uma solução, foi sugerida, naquele momento, a possibilidade de se fazer um contrato entre o banco e a Distri-Cash em que eles encaminhariam depósitos ao banco — entregariam no caixa em um envelope próprio do banco, onde estariam todas as descrições de valor e conta —, e esse depósito seria processado de imediato. Esses valores seriam encaminhados para a tesouraria do banco, que fica em outro ambiente, para conferência, o que geralmente ocorria no dia seguinte. Com essa conferência, se faltasse algum valor, esse contrato dava poder para que houvesse o débito da diferença na conta ou, se sobrasse valor, o crédito na conta. Então, existia realmente um contrato que saiu dessa visita à empresa Distri-Cash. mas era um contrato entre Banco do Brasil e Distri-Cash.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O que se verifica é que uma organização criminosa usou o Banco do Brasil para operações criminosas, lavagem de dinheiro — os fatos evidenciam que podem, inclusive, ter lavado dinheiro para o tráfico. Então, o que nós aqui nesta CPI... V.Sa. foi gerente do Banco do Brasil por muitos anos. O que V.Sa. poderia sugerir, concretamente, pela experiência de V.Sa., pelo que V.Sa. passou, para que essa torneira que permite brechas para a lavagem de dinheiro fosse estancada, fechada?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Primeiramente, Deputado, eu vejo que o Banco do Brasil, a instituição em que eu trabalhei há muitos anos, eu vejo que ela mantém um rígido controle de todas as operações de dentro do Banco do Brasil. Todos os depósitos acima de 10 mil reais, automaticamente, são informados diariamente ao Banco Central: nome da empresa, depositante, todos os requisitos

que o Banco Central solicita. Eu posso lhe garantir que o Banco do Brasil informa diariamente a ocorrência desses depósitos para o Banco Central. Quanto aos saques, que é outro...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Relator, eu queria fazer só uma colaboração, se me permite.

Essa comunicação de depósitos superiores a 10 mil reais é feita só ao Banco Central ou cabe ao Banco do Brasil fazê-la também ao COAF?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, ele faz direto ao Banco Central.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Vocês não têm nenhuma relação, independente do valor do depósito... obrigação de fazer nenhuma comunicação ao COAF?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Olha, agora eu não saberia lhe responder se o banco repassa isso ao COAF também. Eu não sei. O que nós temos, o que eu sempre tive na minha mente é que a informação era repassada ao Banco Central. Agora, se o banco, na estrutura maior, repassa ao COAF também, eu não saberia lhe dizer.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor, como gerente-geral da agência, tem a obrigação de passar apenas ao Banco Central? A normatização do Banco do Brasil só exige que o senhor faça ao Banco Central?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Exato.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não existe nenhuma norma que oriente o gerente a, qualquer depósito suspeito ou acima de qualquer valor, fazer também a comunicação ao COAF?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Olha, eu desconheço, Excelência. Eu desconheço, porque nós informamos a um departamento do banco. Esse departamento centraliza essas operações... essas informações e repassa. Então, eu, automaticamente, repasso para esse setor, e esse setor, sim, faz as informações devidas e necessárias. Agora, eu não saberia lhe dizer se o COAF também é informado nesse momento.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Obrigado, Relator.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A agência que V.Sa. gerenciou, durante algum período recebeu a comunicação — ouvimos do ex-funcionário do Banco do Brasil que esteve aqui antes de V.Sa. —, um comunicado de nome DLD, e deve ter recebido muitas sinalizações dessas operações como operações suspeitas. O que a agência do Banco do Brasil recebeu ou não recebeu? Recebeu muitas vezes ou recebia isso mensalmente, e nunca desconfiou dessas operações?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Como é que funciona dentro do Banco do Brasil o sistema de lavagem de dinheiro, que é de prevenção de lavagem de dinheiro? O Banco do Brasil, a cada final de mês, ou pelo próprio sistema que faz a captura, porque é impossível, humanamente impossível a gente buscar essas informações de todos os clientes, numa gama de 15 mil clientes... Então, tem um sistema do banco que busca as informações e, quando ele vê que pode estar havendo alguma... o sistema sinaliza que pode ter alguma irregularidade — porque são dezenas de itens que são analisados pelo sistema —, ele encaminha esse relatório para o gerente de contas da agência. O gerente que mantém a conta ele faz a primeira análise, verifica se existe alguma coisa substancial que possa, realmente, ter tido aquela movimentação diferenciada, e, desde que seja algo concreto e plausível, se justifica essa movimentação. Caso contrário, informa-se a esse setor que não há, que não conseguimos apurar justificativas plausíveis para essa tratativa, para esse apontamento. Geralmente, esse funcionário faz essa análise primária, passa para um subgerente ou gerente-geral, que analisa também essas informações, tanto de uma vertente ou outra, e confirma ou não essas informações prestadas pelo funcionário e devolve essas informações ao setor de prevenção e lavagem de dinheiro do Banco do Brasil. Lá, eles reanalisam e tomam as devidas providências de informação ao COAF. É dessa forma que funciona dentro do Banco do Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. explicou aqui como funciona.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Certo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - No caso concreto da TOV, essa sinalização chegava à agência? E a justificativa era apenas porque era uma operadora de câmbio?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Mas a TOV, até onde eu sei, ela não operava com o Banco do Brasil. A TOV tem um outro sistema de acompanhamento que é próprio dela, junto ao Banco Central, por ela ser uma operadora de câmbio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas o Sr. Raul operava com o banco com qual corretora?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Ele tinha a corretora dele, que era a Distri-Cash. A Distri-Cash era uma corretora.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas e a Distri-Cash, V.Sa. recebia esse comunicado de...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Da Distri-Cash, recebia, e como...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Distri-Cash.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Distri-Cash. Recebia o comunicado, e esse comunicado da Distri-Cash, como ela era uma empresa de compra e venda de moeda, ela tinha um volume alto de movimentação. Só que o ganho dela... Ela tem um ganho que é o *spread* da compra e venda da moeda, certo? Então, nesse caso específico, era justificada essa situação dessa forma.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Havia várias corretoras que tinham uma relação com o Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Várias?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Ou não?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Com a sua agência?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só essa?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Só essa.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só a Distri-Cash?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Só a Distri-Cash.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, não dava nem para fazer um comparativo se era muito ou pouco em relação às outras.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, não dava. Mas todos os depósitos da Distri-Cash eram informados no ato, diariamente; informados ao setor do Banco do Brasil que repassava essas informações ao Banco Central, e eu não saberia dizer se eram repassados ao COAF também. Nós, simplesmente, repassávamos todas as informações. Tanto é que, com a Operação Lava-Jato, se levantou rapidinho quais foram os montantes depositados nas contas, tudo certinho. Por quê? Porque o Banco Central já tinha essas informações em mãos, né?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, a relação da agência a qual V.Sa. gerenciou era apenas com a Distri-Cash?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Distri-Cash, exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - As outras...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - TOV, nunca...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - TOV, Levycam...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, não tiveram, nunca tiveram conta no banco, na minha agência pelo menos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O senhor conheceu o Sr. Alberto Youssef?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, nunca conheci. Tomei conhecimento agora, com a situação atual.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, vamos dar prosseguimento. Se tiver necessidade, eu retorno às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço o Deputado Luiz Sérgio.

Passo a palavra para o Sub-Relator Deputado Altineu Côrtes, pelo tempo de até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Eiras, qual o nome da cunhada do senhor?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - É Vanessa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Vanessa. Qual é a relação dela com a Maria Lúcia Ramires?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Deixe eu lhe contar a situação. Como está sendo citado aí, a Vanessa faz parte da empresa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Qual empresa?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - A empresa CRG, tá? Eu vou lhe contar essa situação, e que houve uma transação comercial normal. O Sr. Raul comentou e solicitou para mim se eu conhecia algum contador que pudesse ter alguma empresa para vender, porque ele necessitava de ter uma empresa para que, em alguns momentos de aperto, ele pudesse ter um capital de giro para suprir a necessidade da outra empresa dele. E, naquele momento, como se tratava de uma empresa, a Distri-Cash, uma empresa, até aquele momento, que a gente tinha todas as informações, uma empresa toda certinha, redonda, que atuava dentro dos padrões, eu tive a infelicidade de informar a ele que a minha companheira tinha uma empresa de cobrança, e que ela havia paralisado as atividades porque não estava tendo mais sucesso com a empresa. E falei para ele que poderia ver com ela se ela teria interesse em vender, tá? Ela teve interesse em vender. E como que surgiu a situação no nome da Vanessa? O Sr. Raul, ele falou: *"Olha, eu tenho aqui, para comprar a empresa, eu tenho a Maria Lúcia, que é a minha secretária, já é sócia de outra empresa* — que eu não me recordo do nome — *e eu vou colocar no nome dela, 99%, e preciso, para compor o quadro associativo, mais 1%. Você conheceria alguém que pudesse compor esse quadro?"* Naquele momento, a minha companheira, a minha esposa, ela citou o nome da Vanessa, porque a Vanessa era uma pessoa que estava estudando e não tinha condições de bancar a faculdade dela, tá?. E ela tinha interesse de mudar para São Paulo para começar a trabalhar e poder fazer a faculdade dela em São Paulo. O Sr. Raul, então, falou: *"Converse com ela. Se ela tiver interesse de compor esse 1% do quadro social da empresa, eu me comprometo a dar um emprego para ela aqui, e ela pode vir estudar e trabalhar na empresa."* Naquele momento, até a minha esposa viu e falou: *"Poxa, é uma grande possibilidade, uma grande chance para ela vir estudar em São Paulo, trabalhar e ter um emprego aqui em São Paulo."* Então, foram nessas condições que a Vanessa entrou na empresa CRG.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Ela ganhava quanto?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Ela não chegou a ganhar nada porque essa empresa foi aberta, foi transferida, acho, em maio ou junho, eu não me recordo, de 2013, tá, e logo em seguida ela conseguiu uma bolsa do SISU.

Uns 2 ou 3 meses depois, ela conseguiu uma bolsa do SISU para pagar a faculdade que ela fazia lá no Paraná, e, com isso, ela não teve mais interesse em vir para São Paulo. E daí ficou o nome dela. Foi solicitado até que se retirasse, e o Raul falou: *"Olha, me aguarde um pouco que eu vou ver outra pessoa para colocar, para substituir".* E acabou não se colocando, não sendo feita a substituição da Vanessa na empresa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Eiras, quando o senhor respondeu à pergunta do nobre Relator, Deputado Luiz Sérgio, o senhor respondeu com extrema simplicidade, como se tivesse tudo ocorrido na mais perfeita ordem, quando não é verdade. O senhor veio do Paraná...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Exato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - ... ou foi gerente no Paraná...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Fui.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - ... e a Nelma Kodama identificou o senhor em São Paulo para fazer uma movimentação.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu já estava...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Por que ela abriu a conta na agência do senhor, em São Paulo? Por que o senhor facilitava a vida dela, ou ela, lá no Paraná, disse assim: *"Vou abrir uma conta lá em São Paulo, no banco tal"* e encontrou o senhor sem querer? Como é que foi? Por que o senhor facilitava a vida dela?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Olha, eu não facilitei a vida dela. Inclusive, eu conheci a Sra. Nelma posterior à abertura da conta, quando ela esteve na agência pedindo para fazer operações de câmbio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então, foi sem querer?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu não conheci. Inclusive eu não conhecia ela, vim conhecer nesse momento, tá? Esteve aqui na CPI...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor não conheceu ela no Paraná? Nem ela nem a Iara?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, não, não. De maneira alguma. Eu trabalhei em Curitiba, nunca tive...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Foi uma coincidência, então?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Nunca tive, e ela também disse que não tinha nada no Paraná. Não sei se tinha alguma coisa no Paraná.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Por que o Rinaldo...O senhor está vindo aqui à CPI, supostamente, para vocês falarem a verdade.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Certo. Com certeza.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então, o senhor está falando mentira ou o Rinaldo, que saiu daqui, falou mentira...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Tá.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - ... porque ele disse que as operações que vocês faziam eram operações fora do padrão normal. O senhor acha que era tudo normal?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Fora do padrão normal?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É. O senhor acha que a movimentação, a quantidade de dinheiro que era depositada pelo Sr. Raul, está entendendo? Depois, o senhor arrumou um emprego para a cunhada do senhor, abriu uma empresa para ela. O senhor acha que um gerente do Banco do Brasil deve fazer isso, pode fazer isso?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, inclusive eu falei aqui no início: por minha infelicidade, uma grande burrice minha foi fazer isso, porque eu não... Naquele momento, a gente via naquela empresa uma empresa sólida, uma empresa transparente e uma empresa normal.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor sabe que nós estamos tratando aqui, e passou pela mão do senhor, porque é disso que a gente tem que falar, nós estamos tratando aqui da CPI da PETROBRAS.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Nós temos a Operação Lava-Jato acontecendo no País, que é a maior operação hoje de desvendar a maior corrupção da história do Brasil. Passou pelas mãos do senhor, dinheiro que foi para o exterior, lá, lavado pelas corretoras, passaram ali, dentro da agência do senhor. O senhor tem consciência disso? É porque o senhor acha que isso é um pedacinho, passou por ali.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - É, um pedacinho. Um pedacinho pode ter passado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Eu não sei para quem que o Alberto Youssef depositou dinheiro no exterior que passou pela agência do senhor, mas a Nelma Kodama trabalhava para ele.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu também não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor não sabia?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não sabia disso e não tinha conhecimento disso. Inclusive, a Iara citou sete empresas. Eu fui gerente até dezembro de 2013 dessa agência, e nesse período existiam apenas duas contas que foram abertas, e fazia uns 3 meses que estavam abertas essas contas dentro da minha agência na Campos Elíseos, que era a empresa Império e a outra a Da Vinci... Não me lembro o nome da outra, mas da Império eu tenho certeza. Tá? E se foram abertas outras contas, foram abertas a posterior a minha saída da agência. Eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor... Essa proximidade do senhor com o Sr. Raul Srour, em qual outro banco que ele... Porque o senhor tinha intimidade com ele, porque ninguém chega para um gerente do banco e fala: *"Você me arruma um nome de uma pessoa para ser sócia da minha secretária."* Você só fala isso com quem tem intimidade. Ele não chegou lá para o senhor, sem ter intimidade nenhuma com o senhor... Se ele era lá de Alfenas, lá de Minas Gerais, ele não chegou lá para o senhor sem nenhuma intimidade, ele... O senhor tinha uma intimidade com ele.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, eu não tinha intimidade.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Onde é que ele fazia mais esse tipo de transação, além do Banco Santander?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu tinha negócio com ele. Todos os meus negócios... Era simplesmente negócio profissional que eu tinha com ele, e buscando sempre bons negócios para o Banco do Brasil. Porque, dentro do banco, você tem que buscar clientes bons para você poder cumprir suas metas e traçar os seus objetivos, dentro do banco, de crescimento da sua agência.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Não, disso eu não tenho a mínima dúvida, de que eles devem ter agradado muito o senhor e a agência lá, comprando os títulos de capitalização, enfim, aquelas coisas todas que o banco oferece, está entendendo, para fazer os objetivos dele, que era tirar o dinheiro da PETROBRAS através da Sra. Nelma Kodama, das corretoras, do Sr. Alberto Youssef, para ir para as contas do exterior.

O senhor sabe que o colega do senhor do banco, que está preso lá na Itália, o Pizzolati... É Pizzolati?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Pizzolato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Pizzolato, isso. Ele movimentou 73 milhões de reais. E só nas contas da Iara Galdino, a movimentação, segundo as contas dela, não só no Banco do Brasil, segundo as contas dela, dá mais de 1 bilhão de reais.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - É. Ela falou em 2 anos. No Banco do Brasil, no período em que eu estive lá, ela trabalhou 2 meses, 3 meses no máximo, tá? E todas as informações, todas as movimentações, o banco comunicava, repassava ao COAF. Agora, não sabemos quais as providências que o COAF toma em cima disso. Não sei se é de imediato...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Tudo o que o senhor fazia, os saques em dinheiro, os depósitos em dinheiro, as TEDs, todas as movimentações que o senhor fazia, o COAF, automaticamente, no sistema, era informado?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Era informado. TED, que o senhor falou, geralmente se fazia via sistema, o próprio cliente fazia, ou, se for para sacar cheque dentro do banco, ele tinha que aprovisionar esse saque um dia antes, e essas informações eram todas repassadas.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Quem era o gerente regional do senhor, acima do senhor, acima da agência do senhor? Qual era o nome dele, por favor?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Na época?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - É, nessa época.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Ah... Dermilson.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Dermilson?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Exato.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente, seria só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Altineu Côrtes.

Passo a palavra para o primeiro membro inscrito, Deputado Izalci, pelo tempo de até 3 minutos.

Não sei se V.Exa. vai utilizar o tempo de Liderança ou vai se ater aos 3 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou utilizar o tempo de Liderança, após fazer as perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. José Eiras, nós estivemos no Paraná, ouvimos o depoimento da Iara, da Nelma, hoje ouvimos aqui o Rinaldo. V.Sa. conheceu o Luccas, da TOV?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Só ouvi falar agora.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O que nós descobrimos aqui e confirmamos é que, realmente, é muito fácil fazer operações de câmbio com a utilização de mecanismos de empresas fantasmas. Empresas fantasmas, empresas paralisadas, como esta que V.Sa. mesmo ofereceu, salvo engano, da esposa do senhor.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - É companheira. É minha companheira e esposa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Companheira. Essa era a estratégia da Iara. A Iara tinha como atribuição pegar empresas paralisadas, fantasmas, desativadas e abrir as contas no banco, ou na corretora, para fazer operação de câmbio. Inclusive, não havia nem o cuidado, do próprio banco ou da corretora, de verificar se aquelas empresas tinham cadastro para poder fazer importação e exportação, tanto é que empresas de alimentos importavam e exportavam material eletroeletrônico; não havia controle nenhum, inclusive do Banco do Brasil.

Parece-me que as regras do Banco do Brasil são assim: como ele tem as metas, vale tudo para atingir as metas por ele estabelecidas.

Evidentemente, essa relação com o Raul, quando V.Sa. o conheceu, enxergou nele a grande possibilidade de atingir as metas. Porque é como foi dito aqui...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu enxerguei nele um cliente potencial.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, mas não teve o cuidado de conhecer as empresas?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Mas foram conhecidas as empresas. A empresa do Sr. Raul foi conhecida.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A Import, essa empresa, e várias que foram citadas aqui eram empresas fantasmas. Inclusive a Iara era especialista nisso.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Sim, mas isso aí não fazia parte do Raul, do Sr. Raul.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa empresa que V.Sa. sugeriu...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Certo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...inclusive, a companheira de V.Sa. para participar disso, era especificamente uma empresa que ia ser trabalhada, fictícia ou paralisada, que ia ser utilizada. Foi utilizada?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Ela foi utilizada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Qual o nível de operação que foi feito com essa empresa?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não... Não tenho assim... De cabeça, eu não tenho...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa senhora que foi colocada como sócia era uma laranja. Ele esteve aqui com a gente.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Certo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Laranja. Ela assinava o talão todo em branco, já que o Sr. Raul fez para ela um favor no momento em que ela precisou, de doença na família.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - E ela trabalhava junto com ele dentro da empresa, dentro do escritório, dentro da empresa dele.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas ela não sabia de nada. Era secretária, ela não sabe de nada.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu não sei se ela não sabia ou não sabia.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como provavelmente a cunhada e a companheira de V.Sa. também não sabiam de nada. Ela somente vendeu a empresa, sabendo... E V.Sa. também; V.Sa. é quem recomendou a empresa para ser vendida ao Raul.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Foi uma transação comercial normal de uma empresa, tá?

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Raul chega para o senhor, que tem uma experiência, que é gerente de banco, e diz: *"Olha, quero comprar uma empresa." "Ah, eu tenho uma empresa aqui que está parada há muitos anos."* Ora, V.Sa. não imaginou que poderia ser para esse tipo de operação?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, não imaginei porque...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Achou que era para quê?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, seria para alavancar recursos mesmo e para... De capital de giro, e ter uma empresa para capital de giro para ele. Foi nesse sentido que foi me informado e que foi me repassado. Foi nesse sentido.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Todas as empresas que V.Sa. fez as transações são empresas que foram analisadas cadastralmente...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... faturamento correto, e tudo. Não teve nenhuma empresa fictícia ou paralisada que operou na sua agência.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não. Pode ter ocorrido, mas, infelizmente, eu não tenho essa informação para lhe prestar neste momento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas quem é que fazia a análise dessas contas? Era o Rinaldo?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - As contas eram abertas e encaminhadas para um setor do banco onde fazia as análises.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas quem que abria essas contas? Havia um setor específico? O Rinaldo fazia isso...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - O Rinaldo...

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... para atender o seu interesse.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, não. O Rinaldo, e tinha outros assistentes de outros gerentes.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Porque tem aqui... Nos depoimentos, a indicação era assim: *"Procure lá o Seu Rinaldo que ele resolve tudo"*, vamos dizer assim. Era V.Sa. que encaminhava para ele.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu nunca encaminhei nada para o Sr. Rinaldo. Como está aí que a Sra. Iara comentou, nunca encaminhei nada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A Iara mentiu, então.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Ela mentiu. Inclusive eu fui conhecer a Iara no dia em que ela foi ao banco querendo empréstimo pra comprar umas máquinas para a empresa, a outra empresa que ela tinha aberto conta lá. Umas máquinas de costura, alguma coisa assim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. sabia que o Rinaldo, inclusive, comunicava à empresa que havia ação judicial, bloqueio judicial na conta?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não. Fiquei sabendo posterior. Mas nessa época, em 2014, eu já não estava mais na agência.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Rinaldo disse que se sentiu muito à vontade para pedir para a Iara e também para a Nelma aquele dinheiro, 4 mil reais emprestados, ou comissão, não sei — emprestado porque não pagou até hoje. E pelo que ele disse aqui, acho que ela nem cobraria dele. Quer dizer, é óbvio que eram os favores que ele fazia. Como é que era essa relação aí dele?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Essa relação aí eu não conhecia, tá, porque foi muito pouco tempo em que eu fiquei na agência em que a Nelma...

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa., então, acha que, realmente, a demissão dele foi justa, a do Rinaldo?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu não sei lhe dizer porque eu não acompanhei esse processo, Excelência.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. nunca foi questionado sobre nada disso no banco? Houve algum processo contra V.Sa.? Houve alguma apuração disso?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - O banco... Quando ocorreu essa situação da prisão do Rinaldo, houve uma comoção no banco, lógico, e o banco começou a apurar os fatos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E o que descobriu com relação a V.Sa., nada?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Ele... O banco, ele começou a apurar os fatos, e eu acabei sendo afastado também para as investigações. E nesse momento, logo posterior, eu, como via que não tinha mais condições nem clima para retornar ao trabalho e nem voltar a trabalhar, eu acabei pedindo a minha aposentadoria. Aposentei dentro do banco.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O clima que o senhor fala é porque estavam avançadas as investigações?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Apuraram alguma coisa?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como é que foi o processo? Zerou, não tem nada, V.Sa. foi absolvido?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu não... Eu não sei porque, até hoje, o banco não me comunicou nada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tem nenhum do processo do senhor em andamento ainda?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não. Pelo que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu quero aproveitar, então, o tempo de Liderança.

Primeiro, como eu disse aqui no início, pedi ao Presidente que desse uma atenção especial principalmente ao requerimento, que nós já aprovamos, do Sr. Paulo Okamotto. Acho que a revista desse final de semana traz claramente as contribuições, ou o pagamento das ditas palestras: 27 milhões, dos quais mais de 10 milhões foram das empresas, aquelas que estão, inclusive, sob delação premiada.

Então, eu acho que seria oportuno e urgente, até para restabelecer um pouco os nossos trabalhos aqui da Comissão, a convocação imediata de Paulo Okamoto.

Mas a mesma revista traz exatamente o que eu venho dizendo desde o início: Marcos Valério disse lá atrás, depois que recebeu a pena de 40 anos, que ele foi testemunha inclusive... E foi encontrado no escritório da contadora que esteve aqui aquele famoso contrato de 6 milhões do Sr. Tito com relação àquela operação do Celso Daniel. E agora traz aqui o Nestor Cerveró. Nestor Cerveró confirma que, de fato, o Sr. Bumlai, que é amigo do Lula, conseguiu na empresa Schahin o empréstimo, aquele que eu disse, de 12 milhões, que não foi pago até hoje. Não existe nenhum registro no Banco Central e em lugar nenhum que o Sr. Bumlai pagou os 12 milhões de empréstimo. E, desses 12 milhões, 6 milhões foram exatamente o contrato, encontrado no escritório da contadora Meire Poza, dados ao Sr. Tito.

Portanto, eu tenho também dois requerimentos de convocação: um, do Sr. Marcos Valério, que precisa ser ouvido, porque ele fala disso — ele fala inclusive da operação da Portugal Telecom, e vemos realmente que tem tudo a ver — e do Sr. Bumlai. Então, eu pedi e acho que esta Comissão precisa realmente aprovar o que é mais relevante. Temos que focar naquilo que conversamos.

O depoimento do Nestor Cerveró foi muito importante. Sei que vamos fazer, inclusive logo, logo, uma acareação, mas com a delação do Nestor, que foi condenado agora a 12 anos, nessa última semana, tenho certeza de que ele vai poder contribuir muito com essas novidades. Porque, até o ano passado, na Legislatura passada, ele não tinha ainda contado essas histórias todas que agora ele está confirmando.

Portanto, eu queria pedir a V.Exa., como 1º Vice-Presidente, que nos ajudasse na próxima reunião junto ao Relator — eu tenho certeza de que, diante dessas constatações, vai ser de suma importância para o seu relatório —, na convocação do Sr. Bumlai para que possamos, de fato, desvendar aquilo que eu já disse aqui há muito tempo sobre a operação da Schahin — que foi vendida para o BMG inclusive, uma transação que até hoje as pessoas não conhecem.

Agora, já tive a confirmação do Presidente de que, com relação ao Paulo Okamotto, após a acareação do Sr. Paulo Roberto Costa e do Youssef, nós

colocaremos, na primeira oportunidade, a presença aqui do Paulo Okamotto. Mas eu insisto na questão do Bumlai e do Marcos Valério, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Izalci e, antes de fazer algum comentário, já passo a palavra aqui ao Relator, Deputado Luiz Sérgio. Em seguida, faço o meu comentário.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, como o Deputado Izalci, pela segunda vez, insiste com o Sr. Relator, só para dizer que o Senador Romário está aí para provar que nem tudo que reluz nessa revista é ouro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas merece uma atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Izalci, o Presidente Hugo Motta, ao responder o questionamento, a solicitação de V.Exa. com respeito à convocação, à presença física do Sr. Paulo Okamotto, para depor aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, foi claro em afirmar que há uma agenda, que essa agenda está transcorrendo dentro da normalidade, e, tão logo essa agenda seja encerrada — temos nesta semana depoimentos programados para quinta-feira e, na semana que vem, também teremos uma acareação —, certamente ele vai cuidar do assunto. Aliás, a própria Deputada Eliziane Gama fez a mesma reivindicação.

Com relação aos demais depoentes a que V.Exa. se referiu, certamente, o Presidente Hugo Motta vai tratar no momento oportuno.

Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, vou pedir o tempo de Liderança, mas não vou falar o tempo todo. Quero só registrar alguns fatos.

Primeiramente, era melhor quando era na terça-feira de manhã, Presidente. Na terça-feira à tarde, temos muita reunião, reunião de bancada; é um pula pra cá, um pula pra lá, é uma pipoca só; ficamos cansados e não aproveitamos bem as sessões da CPI. Estou saindo agora para uma reunião de bancada. Se pudéssemos voltar às terças-feiras de manhã, acho que seria melhor.

Depois, não dá para deixar de registrar, Deputado Eliziane Gama, que esta CPI foi prorrogada por 60 dias. É um fato inegável que a avaliação das forças

majoritárias desta CPI é de que há muita coisa para dar, muito leite para tirar dessa pedra. Vamos trabalhar bastante para isso ainda.

Por exemplo, tenho aprovado aqui uma ida a Curitiba. Essa ida a Curitiba está mais do que atualizada, porque há um conjunto de pessoas lá que estão presas. Há, inclusive uma acareação, que podemos fazer lá, para pegar as contradições entre o que a Sra. Iara Galdino falou, e o que a Nelma Kodama falou também, em relação ao que o Sr. José Aparecido Eiras está falando aqui e ao que o Sr. Rinaldo falou. Então, uma acareação com elas duas e a do Youssef são extremamente atuais e necessárias para esta CPI. E há umas pessoas que estão presas lá que nós não ouvimos e temos que ouvir. Uma ida a Curitiba também é uma demanda mais do que necessária. Já disse ao Presidente Hugo Motta que é necessário organizarmos e dar uma trabalhada lá, porque há muita coisa para fazer.

Então, nós temos ainda 2 meses de CPI. Temos muito coisa ainda. Contando que não vamos esticá-la mais, que ela termine nesse tempo, temos ainda 2 meses. Temos muito o que fazer.

Na quinta-feira passada, estivemos com o Ministro Celso de Mello, e ele demonstrou como existe produção jurídica e como existe produção intelectual sobre as CPIs. Existe um conjunto de publicações, teses, livros, que tratam da CPI. S.Exa. nos deu também um conjunto de ideias, de sugestões de como a CPI pode atuar para que tenha maior proficiência do ponto de vista jurídico. Foi uma aula muito interessante.

Na quinta feira próxima, iremos falar com o Ministro Teori Zavascki, responsável por relatar o voto final do *habeas corpus* do Sr. Barusco, o qual temos de trazer para cá para fazermos as acareações.

O bom da democracia, o bom de termos diversos Poderes independentes entre si é que, quando conversam, equilibram as forças e fazem funcionar o Estado.

Então, na quinta-feira, teremos uma reunião será importante para o futuro da CPI. Teremos uma conversa com o Ministro Teori sobre a vinda do Barusco para que possamos fazer aqui a acareação, porque ele tem muito a nos dizer.

Temos muito a fazer na CPI e vamos continuar fazendo.

Da parte do PMDB, trocamos dois membros: o Édio Lopes, que pediu para ir para a CPI do BNDES, já que tem experiência na área — liberamos S.Exa. e

trouxemos um novo Deputado para nos ajudar — e o veterano Darcísio Perondi, do Rio Grande, que foi compor a bancada do PMDB na CPI dos Fundos de Pensão. Então, o PMDB... Pegamos uma massa crítica, com experiência na CPI, e ajudamos a montar as equipes das demais CPIs, que têm peso também, e é importante que tenham.

É importante que haja repercussão na imprensa, porque isso é parte do processo legislativo e é parte do processo político que o País vive hoje. Isso é determinante para que as coisas sejam esclarecidas e que a sociedade brasileira tenha conhecimento de todos os processos.

Então, o PMDB fez a opção de mudar a equipe aqui, na CPI da PETROBRAS, e colocar dois Deputados que têm experiência em CPIs, que estavam aqui, para reforçar as equipes nas outras CPIs.

Portanto, da parte do PMDB, o que temos para dizer é isso. Vou passar então, Sr. Presidente, às minhas perguntas, que são poucas, porque há uma situação bem contraditória.

Por exemplo, Sr. Eiras, o Sr. Rinaldo falou aqui que chegou um momento em que a Nelma Kodama movimentava seis contas correntes, simultaneamente, na agência em que o senhor era gerente-geral.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - No...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Simultaneamente. Ela começou com duas contas. Depois, houve um momento em que ela movimentou seis contas correntes, simultaneamente, de empresas, de pessoas jurídicas. Ou ela era sócia desse conjunto de empresas ou ela tinha procuração para isso. Mas o fato é que ele relatou isso, aqui, o que vai ao encontro àquilo que ela própria falou para nós, em Curitiba.

Então, como é que uma pessoa que não conhece a agência, que não conhece o gerente-geral, movimenta seis contas de empresas, com um volume de até 1 milhão de reais por dia?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Como eu lhe disse, saí da agência no final do ano de 2013 e, nesse momento, só tinha duas contas lá. Se foram abertas contas posterior a minha saída, não tenho conhecimento disso. Não sei em que situação foram abertas essas contas. Só posso dizer que, até o

momento em que eu estava lá, só tinha a Império e mais uma, a Da Vinci, alguma coisa assim, que não me recordo o nome. Isso eu posso lhe afirmar. Agora, depois que saí da agência, não sei mais o que ocorreu lá dentro.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Vou citar algo. Não sei se alguém citou isso textualmente, o que ela, a Dona Nelma, falou para nós na CPI, em Curitiba. Mas o farei textualmente:

"Eu passei a fazer (...). Com o passar do tempo, eu aprendi a fazer aquilo que ele me ensinou — falando do Luccas Pace, do que ele dizia — E eu passei a fazer efetivamente. Na questão dos bancos, o Rinaldo, que o senhor citou — no caso, o Deputado fez a pergunta para ela —, o gerente do Banco do Brasil, ele era um subordinado do Eiras. (...) O gerente do banco era o Eiras, Gerente-Geral Eiras, que era sócio do Raul Srour, que é doleiro. O Gerente-Geral do Banco do Brasil Eiras era sócio do Raul Srour em uma das empresas que ele mantinha conta, que abriu a Império, a qual eu movimentava a Império, que foi toda feita a abertura da conta através do Eiras. E o Eiras falou, numa reunião num hotel — porque eu nunca fui no banco abrir conta corrente da minha empresa, nunca pisei os pés no banco —, aí ele falou: 'tudo o que você tiver que tratar, trate com o Rinaldo via BBM."

São palavras textuais da Sra. Nelma Kodama para um conjunto de Deputados que está aqui, inclusive, e ouviram falando...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Acho que foi a Sra. Iara, não? Foi a Sra. Iara que falou esses termos aí. Foi a Sra. Iara.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Isso, Iara.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Essa conta, realmente, eu não... Nunca ninguém me solicitou a abertura dessa conta, nem Raul, que nem ela informou no depoimento. Isso é tudo mentira. Em momento algum, o Sr. Raul Srour veio falar para eu abrir essa conta para a Sra. Nelma. Eu nem sabia que eles tinham relacionamento. Fiquei sabendo a partir do que ocorreu com a CPI. Veio à tona que eles tinham até desavenças, alguma coisa assim de operações e tal. Mas eu não tinha conhecimento, e a Sra. Nelma... Até o Sr. Luccas Pace, que esteve aqui também, citou que a Nelma foi atrás de abrir conta no Banco do Brasil para ver se conseguia o mesmo formato de operação, que era depósito — deve ser depósito —, junto ao Banco do Brasil. Então, em momento algum eu conheci a Sra. Nelma e, em

momento algum, alguém pediu para que eu abrisse a conta da Império no Banco do Brasil.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Deixa eu lhe falar: a gente vai se encontrar com ela num futuro próximo.

Eu vou relatar um diálogo longo que ela teve com o Deputado Izalci. O Deputado Izalci falou assim:

"O Raul e o Eiras, que era gerente do Banco do Brasil... V.Sa. disse que o Rinaldo era um auxiliar, quem mandava era o Eiras. O Eiras tinha o poder de comunicar ao COAF ou não comunicar essas operações?"

A Sra. Iara Galdino responde:

"Não, o COAF é um sistema que, a partir do momento que começa a existir uma movimentação estranha na conta... Seria o que uma movimentação estranha? — São as palavras dela — *Todo dia um valor vultoso: 100 mil, 200 mil, 300 mil, todo dia. O COAF pede uma justificativa para o gerente..."*

O Deputado Izalci fala:

"Sim. E o gerente era orientado a fazer isso, para não causar nenhuma suspeita, no caso do Eiras."

Aí a resposta da Sra. Iara Galdino:

"Ele tem que justificar: eu estive na empresa, fiz uma visita, é uma multinacional que movimenta milhões."

Aí o Deputado Izalci volta:

"O.k. Mas o Eiras estava orientado para isso, já que era sócio do Raul?"

Ela responde:

"Ele estava orientado a como fazer essa justificativa, porque..."

Aí o Deputado Izalci pergunta o por quê. E ela:

"Para não chamar a atenção."

Esse é o diálogo textual.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Certo.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Está na ata da CPI em Curitiba.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - É um relato mentiroso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Da outra parte, da parte dela.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Com certeza, Excelência.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Isso, isso.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Com certeza. Em momento algum, nunca, nenhum cliente... Se chegar para mim, se chegasse para mim, e solicitasse uma coisa dessa aí, porque eu não... Na minha carreira de bancário, eu sempre honrei a camisa do Banco do Brasil, sempre trabalhei por essa empresa e não iria fazer isso para nenhum cliente. Por quê? Existe um sistema complexo em que, se você colocar qualquer mentira... E outra: eu nunca visitei a empresa dela, porque não deu tempo de visitar. Para eu colocar uma justificativa que nem essa que ela falou, eu teria que ter visitado, teria que ter feito um relatório de visitas junto com o gerente de contas, e eu não cheguei a visitar. Não deu tempo. Pela quantidade de empresas que a gente tinha, não deu tempo de visitar essa empresa, que era da Império. Isso eu posso lhe dizer que é um depoimento mentiroso o dela, tanto quanto as palavras que ela disse que eu era sócio do Raul. De maneira nenhuma, em momento algum, eu fui sócio do Raul.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Eiras, obviamente, nós estamos em lados diferentes das grades: o senhor, eu, nós aqui. Eles estão do lado de lá, do lado de dentro; nós estamos do lado de fora das grades. A condenação é deles. Então, eu não estou aqui duvidando da sua palavra, mas, como ela falou e a gente vai fazer uma nova fala com ela, a gente tem que pegar a contradição, porque a gente tem que avançar nesse...

Então, o senhor não conhecia... A Nelma o senhor só a viu uma vez?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu só a vi uma vez em que ela compareceu com a Iara no banco para solicitar que a gente liberasse operações de câmbio para ela fazer dentro do Banco do Brasil.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - A Iara o senhor já a via mais comumente?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - A Iara frequentava mais a agência, mas também não tinha nenhum contato, assim, direto com ela; não tinha telefone dela, não tinha... Não tinha nada, assim, com a Iara.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O Sr. Luccas Pace Júnior?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Também nunca...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Não conhecia?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não conheci.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E o Sr. Raul Srour, o senhor o conhecia, mas não tinha... Afirma que não havia nenhum tipo de negociação de sociedade, não.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não tinha nenhum tipo de negócio, de sociedade com ele, de maneira alguma.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Deixe-me só citar mais uma fala dela, porque isso, para a gente, é importante no futuro.

Ela falou outra coisa:

"Quando ele — o Raul Srour — *apresentou o Eiras, para que fosse aberta a conta no Banco do Brasil, é porque ele tinha um débito com a Nelma. Ele precisava pagar esse débito a ela. Então, ele fez e fez uma válvula tipo: eu vou te colocar ali, Iara, no Banco do Brasil, porque, com o lucro do Banco do Brasil que eu tirar dessa empresa, eu vou ter o valor para repassar à Nelma, foi um contrato que eles fizeram de um valor que ele teria que repassar para ela todo mês, de dívida. Foi aonde eu comecei a operar no Banco do Brasil, na Rio Branco, porque ele tinha (...)"*

Ela interrompe a fala dela, ela para de falar, aí, depois, ela fala assim:

"É impossível, Deputado, fazer movimentações, se o gerente não tiver o conhecimento".

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Outra situação, Deputado. Essas pessoas, que são criminosas, que acham que elas estão burlando o sistema, não é bem assim, tá? Ela pode até conseguir burlar o sistema 1 mês, 2 meses, mas, depois, a casa cai. Não é da forma que eles acham que funciona. As informações são prestadas, e tem aí os órgãos competentes para fazer os levantamentos. Então, não era da forma que ela coloca aí para os senhores. E em nenhum momento eu tomei conhecimento de que o Sr. Raul Srour indicou isso para que ela abrisse conta no banco. Em nenhum momento eu tomei esse conhecimento, tá?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - O.k., Presidente. Eu vou ter que sair agora, pois tenho mais outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Celso Pansera e já passo a palavra ao Deputado Leo de Brito.

Não estando presente, passo a palavra à Deputada Eliziane Gama, pelo tempo de até 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Eiras, ainda sobre o seu nível de conhecimento com a Kodama e a Iara, pegando aqui o gancho do Deputado Pansera, quando ele fala... E aí, por exemplo, houve uma retratação, o relato de um encontro seu em um hotel com a Kodama e com a Iara. Esse encontro aconteceu?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Com a Kodama? De maneira nenhuma. Eu estava...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E com a Iara aconteceu?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Com a Iara. Eu estava, tá, eu estava em um bar de um hotel, no final de uma tarde, que era caminho da minha casa, tomando um chope, e apareceu nesse hotel — até estranhei a situação —, apareceu a Iara e a companheira dela. Lógico, eu cumprimentei ela, conversei um pouco com ela, mas não tratei nada do que ela falou ali, que eu passei BBM de Rinaldo... Coisas bancárias, eu não tratei nada com ela...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Esses cumprimentos, foram uma conversa demorada, ficaram sentados, era um bar, beberam alguma coisa?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não. Eu estava ali tomando o meu chope, tomei, terminei, conversei um pouquinho e fui embora. Mas, de maneira alguma, foi tratada alguma coisa nesse sentido. E, nessa época, parece-me que já era final do ano de 2013, dezembro, nessa época, ela já tinha conta dentro do Banco do Brasil.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A Iara?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - A Iara já tinha conta dentro do Banco do Brasil.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Qual era o valor diário de movimentação dela diária, de saque, por exemplo?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - De saque, eu não sei lhe dizer, porque não passava pelas minhas mãos. Porque os saques, quando um cliente solicita o saque, isso é passado para o pessoal da tesouraria um dia antes, com todas as informações, porque o banco também presta... Hoje, o banco presta

essas informações antecipadamente, tá, e é feita a provisão desses valores. Qualquer valor de saque acima de 5 mil reais tem que ser, no mínimo, 24 ou até 48 horas de antecedência a previsão.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, os volumes de saque, por exemplo, da Iara não eram volumes que lhe chamavam a atenção?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Olha, se chamavam a atenção, Deputada...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, se chamavam, não. Chamavam ou não chamavam?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu não posso lhe dizer, porque eu não acompanhei nenhum relatório em que viessem esses saques com um asterisco de atenção.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Como é esse sistema? O senhor não tinha a obrigação de fazer, por exemplo... A Nelma fala de forma muito clara e o acusa de fazer o acobertamento, de não fazer essa comunicação. Existe algum sistema, por exemplo, até do ponto de vista de *software*, de informação, em contato com o COAF, para que essas informações possam ser automáticas ou precisaria de uma autorização prévia sua?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, não precisaria de autorização minha, porque, dentro do Banco do Brasil, a Gerência de Valores é totalmente separada da Gerência Comercial. Temos um Gerente de Tesouraria, em que ele presta todas as informações direto para o órgão do banco, e, sim, o banco repassa para o Banco Central e para quem tem que ser passado.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Eiras, eu queria que o senhor explicasse o seguinte: quando é feita uma transação bancária, vamos dizer, um saque de 200 mil reais, de 100 mil reais, o gerente do banco não tem que endossar? Isso, em transações pequenas, que às vezes se faz, de 3, 4, 5 mil reais, às vezes o gerente da conta tem que fazer algum endosso, ou coisa parecida. Num montante desse valor, de 100, de 200 mil reais, não seria necessário, de sua parte, fazer o endosso?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, não seria.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não é necessário em valores desse montante?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, endosso do gerente-geral, não, de maneira alguma, porque quem faz as conferências...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu digo endosso, autorização. O senhor não dá um o.k., não faz num sistema com valores dessa monta?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não. Pague-se, você não dá, porque é feito pela parte de tesouraria, e eles, inclusive, confirmam a emissão do cheque, fazem todos os procedimentos normalmente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, o senhor, como gerente, não teria nenhuma obrigação de fazer, por exemplo, um comunicado ao COAF? Esse é um sistema, digamos assim, automático, é um *software* automático, que comunica ao COAF, ou o senhor não tem essa responsabilidade de fazer esse comunicado ao COAF?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, o sistema, automaticamente, quando faz um saque, existe essa informação automática para o banco, que repassa informações.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, o senhor não tem a obrigação de informar?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, a obrigação é automática. Todos os saques são informados ao setor competente do banco, que repassa para quem de direito.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E quem é o setor competente do banco?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - É a área de segurança do banco.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Qual era a sua relação com Fernando Heller?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não sei quem é essa pessoa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor não conhece Fernando Francisco Brochado Heller?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não conheço.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor não o conhece? Não teve nenhum contato?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não conheço, nunca tive... Nunca ouvi esse nome.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nunca ouviu falar nesse nome?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ele era Diretor da TOV.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, nunca ouvi falar nesse nome.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Com a direção da TOV, por exemplo, o senhor não teve contato?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não tive contato nenhum com esse pessoal.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor teve algum contato, por exemplo, com o falecido José Janene?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, também não, de maneira alguma.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor o conhecia?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, só da televisão, como um...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não chegou a fazer nenhuma operação para ele?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, nunca; nem cheguei perto, nem sei como é que é a fisionomia dele pessoalmente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor acha que era possível, por exemplo, ter outros funcionários do Banco do Brasil envolvidos também nesse esquema? E, nesse sentido, eu queria lhe fazer mais uma pergunta: quando a Kodama esteve conosco em Curitiba, ela sempre falou de forma muito clara, e a Iara disse isso também de uma forma clara, até se vangloriando: *"Eu utilizava as brechas, eu era muito rápida. Eu não fazia nada ilegal. Eu fazia tudo utilizando as brechas legais, dentro da legislação do sistema financeiro."*

O senhor acha que é preciso aprimorar essa legislação brasileira? De fato há brechas que podem ser utilizadas para se cometer esse tipo de crime? E aí a pergunta anterior: se o senhor concorda que outros funcionários também podem ter tido esse tipo de envolvimento, já finalizando o meu tempo.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, não creio que tinha envolvimento de funcionários dentro da agência para se beneficiarem e para beneficiar cliente, não, de forma alguma. Agora, quanto às brechas, eu ouvi aqui o Diretor do Banco Central, Meirelles...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Dr. Anthero.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - O Dr. Anthero falando, e eu achei até uma atitude que o Banco Central está tomando agora muito importante e salutar para o sistema financeiro. Porque o que acontece? Quando uma empresa abre uma conta em um banco, de repente é uma empresa normal, é normal aquela empresa, ela tem um balanço onde tem uma condição de movimentar 500, 600, 800 mil por mês, só que essa informação fica dentro do banco, e esse banco pode abrir contas em 5, 6, 7 bancos, e fazer essa mesma argumentação em 5, 6, 7 bancos, e é normal para cada um. E com o que o Diretor do Banco Central comentou aqui, eles agora estão intervinculando CNPJs, CPFs, das movimentações de todas as instituições financeiras, para poder pegar. Muitas vezes, aí que está o furo em algum sistema bancário. A empresa é uma empresa redonda, e ela acaba sonegando alguma coisa, por quê? Ela está trabalhando com o Banco do Brasil, e dentro do que ela trabalha comigo, o volume, é normal. Só que se você for somar, de repente, todos os negócios delas com os demais bancos, já não seria normal. Então, essa prática que o Diretor do Banco Central falou que está sendo implementada no Banco Central, eu acho que é de grande valia para ajudar nesse sentido.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só para finalizar: o hotel, como foi o nome do hotel, ou do bar em que o senhor se encontrou com a Iara?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - No bar do Ibis da Casa Verde.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, eu tenho o tempo do partido. É só 1 minuto, Presidente. Não seria nem necessário o tempo do partido. Eu queria só, conforme o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Um minuto.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Deputado, o senhor é tão rigoroso comigo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. já estourou em 3 ou 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O Deputado Pansera fez uma referência a nós, quando falava, por exemplo, da ordem dos trabalhos da CPI. Eu queria dizer a V.Exa., e eu queria dizer, inclusive — claro, V.Exa. está investido na situação de Presidente —, para o Presidente Hugo Motta: é preciso, de fato, retomar o ritmo da Comissão, Sr. Presidente. Nós recebemos, agora, um pífio relatório da Kroll. Mais de 1 milhão de reais de investimento! Nós temos aqui uma sessão esvaziada. Na quinta-feira será a mesma coisa.

Então, é preciso retomar o ritmo com as convocações necessárias, porque, senão, Presidente, não vamos dar uma resposta à população brasileira.

Aliás, eu queria até sugerir o seguinte: houve a prorrogação de 2 meses, aprovada, mas não adianta prorrogar só para ficar nisso. Então, é melhor fechar, e se ocupar de outras Comissões. Eu acho que contribuímos mais para o Brasil do que ter que ficar aqui, passar uma tarde inteira sem ter um resultado necessário, podendo, por exemplo, ter um aprofundamento e um foco na investigação. Nós temos tempo. Ou focamos, ou nos perdemos no meio do caminho, e não resolve nada.

Então, temos todos que sair da CPI, ou, então, o Presidente mudar, de fato, esse ritmo de trabalho, porque, realmente, está pífio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço a V.Exa., Deputada Eliziane, e respeito as suas considerações. Recomendo a V.Exa. que indique aquelas personagens que devem ser objeto de, o quanto antes, prestarem depoimento aqui, nesta Casa.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Vou fazer isso hoje ainda, protocolar. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Seria muito bom. Certamente, com o desempenho de V.Exa., vai, mais uma vez, contribuir para o bom funcionamento desta CPI.

Bom, o próximo Deputado seria eu; pulo. O próximo Deputado, Alberto Filho, não está presente.

Tem a palavra, então, o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu queria agregar o meu tempo de liderança também, certo?

Sr. José Aparecido, como o senhor era conhecido no banco? Qual era o nome que o senhor era chamado quando era gerente?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eiras.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eiras, não é?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eiras.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eiras, o depoimento aqui do Rinaldo, que precedeu o seu, foi, de certa maneira, muito esclarecedor. Ele se disse apenas um assistente de gerência, e que todas as decisões, todas as ações mais comprometedoras careciam da sua aprovação. Inclusive, que dessa movimentação atípica feita pela Nelma e pela Iara, que, em algumas oportunidades, superava 1 milhão de reais por dia, o senhor tinha conhecimento.

Isso me causou muita surpresa, porque o senhor disse aqui que não sabia nada disso, não tinha conhecimento, conhecia muito vagamente Nelma Kodama e Iara. E mais surpreendente ainda: numa cidade pequena feito São Paulo, praticamente uma cidade do interior, o senhor encontrou casualmente com ela num restaurante de um hotel e sentou para bater um papo. É uma coisa que me causa uma certa surpresa.

Mas o que mais me causa surpresa é que, dada a movimentação dessas clientes do seu banco, Nelma e Iara, o senhor, como Gerente-Geral da agência de São Paulo, não tenha se preocupado em conhecer mais profundamente um cliente tão especial assim. Eu sou cliente do Banco do Brasil, não sou um cliente tão especial feito a Nelma e a Iara, mas, às vezes, o gerente-geral me chama, conversa comigo, não é? Graças a Deus. Mas é uma questão que salta aos olhos. Há algum tipo de problema sério na sua agência. Ou é uma agência que só trata com *sheiks* árabes e grandes empresários, ou é uma coisa, realmente, muito impressionante: uma cliente que movimenta 1 milhão de reais por dia não chama a atenção do

gerente-geral, para ter uma conversa, uma aproximação maior. Realmente, eu não acredito nisso.

Mais ainda: que essa comunicação, quer dizer, que essa movimentação atípica de 1 milhão de reais — de uma cliente, de duas clientes, que as empresas não estão em seu nome, ela têm várias empresas, ela tem procuração para conduzir os negócios dessas empresas — não chame ainda mais a atenção de um gerente-geral como o senhor.

E mais uma coisa que eu fiquei sabendo hoje e que me chama mais a atenção: o senhor foi gerente, no Paraná, do Banco do Brasil. No Paraná, o nome de Youssef é nome conhecido, não é? E Nelma Kodama também, porque, num dos escândalos onde o Sr. Youssef foi envolvido, do BANESTADO, a Sra. Nelma Kodama foi também indiciada e foi, inclusive, punida. E o senhor também não tinha conhecimento de quem era a Nelma Kodama.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, eu não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Deixe-me concluir, depois o senhor responde.

Então, primeiro, eu gostaria de saber: é normal um gerente... Ah, outra coisa: o senhor disse que se sentiu desconfortável com essa investigação preliminar feita pelo Banco do Brasil e resolveu se aposentar. Quem não tem culpa, não se sente desconfortável; muito pelo contrário, procura provar a sua inocência. Então, o senhor disse que quando começou essa investigação preliminar do Banco do Brasil, o senhor se sentiu desconfortável e entrou com seu pedido de aposentadoria.

Eu vi aqui, observei aqui que o senhor tem duas ações contra o Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Exato.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu queria saber qual é a natureza dessas duas ações que o senhor impetrou contra o Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - É ação de hora extra, e uma outra ação em que, há muitos anos, o banco tinha um normativo, e ele acabou mudando e prejudicando a área gerencial do banco.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Essas ações, o senhor impetrou após a sua aposentadoria.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Após a aposentadoria.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Durante o período em que o senhor ainda era gerente, funcionário do Banco do Brasil, onde viu esse escândalo aflorar, e, rapidamente, tomou a providência de se afastar e pedir aposentadoria... Deixe-me concluir a pergunta, não fiz a minha pergunta ainda. Onde o senhor disse que se sentiu desconfortável com essa investigação preliminar e resolveu sair do banco porque não havia mais clima para ficar lá. O senhor não acha que a atitude correta de alguém que se acha injustiçado, numa ação dessa natureza do banco, é de ficar e se defender, de limpar o seu nome? O senhor não acha que seria mais normal, mais lícito o senhor permanecer no banco, defender a sua integridade e provar que aquilo que estava sendo assacado contra a sua honra não era verdade?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu fui afastado do banco em abril. E o banco seguiu com todo o processo. Eu colaborei com o banco, com tudo o que o banco precisou. A hora que ele falou: *"Agora não precisamos mais de informações tuas"*, daí que eu solicitei a minha aposentadoria. Foi dia 13 de julho de 2014.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mas o senhor disse aqui, claramente, que esse seu pedido foi em função de se sentir desconfortável com esse processo de apuração no banco. O senhor disse isso aqui agora, não foi?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, eu disse...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Esse seu desconforto foi em função de quê?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Da própria situação. Você fica à mercê de uma situação, assim, que eu nunca pensei em passar no banco, por essa empresa em que eu sempre trabalhei e lutei com todos o meu suor e força para dar o resultado da empresa.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Essa relação promíscua do senhor com o Sr. Raul, que o senhor disse que foi um vacilo, uma falta de atenção...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Foi uma burrada!

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - É, pois é. Eu tenho outro nome para isso. O senhor disse que foi uma burrada, que foi um vacilo, mas eu tenho outro nome para isso. O senhor não acha que ela ficou muito mal explicada, envolvendo a sua esposa, a sua cunhada? O senhor não acha que um gerente-geral do Banco do Brasil se envolver a esse ponto com cliente tão enrolado extrapola um pouco, como o senhor disse, uma burrada?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - É, na época não era tão enrolado, Deputado. Na época, o que nós víamos na empresa era uma empresa dentro das condições normais de uma empresa...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, é normal o gerente do Banco do Brasil fazer negócio com clientes potenciais...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, não é. Isso aí...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - É normal esse tipo de cooptação, de relação promíscua? É normal isso na atividade bancária?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, por isso que eu lhe falei que foi, assim, uma... Até usei a palavra “burrice” mesmo, porque não deveria ter feito isso.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E o senhor considera normal, numa agência do Banco do Brasil, da qual o senhor era gerente-geral, um cliente movimentar 1 milhão de reais por dia, e o gerente-geral não tomar ciência e se preocupar em saber que cliente era aquele, no sentido de saber se é um cliente que atua de maneira lícita, aproximar-se desse cliente, não delegar a um assistente de gerência? Deixar que isso ocorra, sem se aprofundar em saber quem era aquela cliente? Bastava uma entrada no Google e colocar lá “Nelma Kodama”, o senhor ia ver o histórico dessa sua cliente.

Não lhe chamou a atenção, em nenhum momento, não lhe causou uma certa curiosidade, para dizer o mínimo, que uma pessoa que movimenta 1 milhão de reais, em média, no seu banco, do qual o senhor é gerente, mereceria uma atenção especial, seja para uma maior proximidade com essa cliente, ou no sentido de averiguar a procedência desse recurso?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Olha, esse 1 milhão que foi citado aí, eu não sei quando que foi movimentado. Só se for de janeiro em diante, quando abriu todas as empresas, então, porque...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O Sr. Rinaldo disse que, em média, a Sra. Iara e a Sra. Nelma movimentavam grandes valores diários, de 100, 200, 300, chegando até a 1 milhão de reais, quando elas tinham as duas contas. Depois se ampliou para várias empresas.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu não tenho conhecimento desse 1 milhão com essas duas empresas, não. Porque, dentro do sistema do banco, o banco apontaria isso, e isso seria objeto de análise *(ininteligível)*...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O banco não apontaria.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Aponta.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Não apontou porque esse esquema só foi descoberto com a deflagração da Operação Lava-Jato. Então, essa questão de que o banco... Há falhas graves no sistema bancário brasileiro, isso está provado. Cabe ao gerente-geral procurar essas brechas, no seu caso, ou de um assistente, porque essas informações não chegaram ao COAF, porque elas estavam ocorrendo há muito tempo, e elas só foram de conhecimento público com a deflagração da Operação Lava-Jato. E há muitos anos a Sra. Nelma e a senhora... operam nesse sistema. Então, o banco não identifica. E, se identifica, existem formas de os funcionários do banco maquiarem, para que essa informação não chegue ao COAF.

Eu duvido que o COAF, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal não tivessem tomado alguma providência, dada a movimentação financeira da Sra. Iara e da Sra. Nelma, se tivessem chegado essas informações ao COAF. Eu não tenho dúvida disso. E isso operou durante muito tempo no seu banco, e só veio à tona com a deflagração da Operação Lava-Jato.

O senhor não tem como justificar isso. Ou seria um gerente-geral muito omisso, ou seria conivente. Agora, essas informações, com certeza, não chegaram ao COAF. Movimentação da ordem de 1 milhão de reais por dia, de pessoas que movimentam contas de várias empresas, com certeza teria acendido a luz vermelha no COAF. A Polícia Federal, a Receita teriam sido comunicadas.

Então, o senhor me dizer que, se isso tivesse acontecido, o banco teria tomado providências, não é verdade. Porque isso aconteceu na agência, o banco não tomou providência, e coube à Polícia Federal e à Justiça Federal identificar e tomar essas providências.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Altineu, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Antes de encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu ainda vou usar a palavra, porque também estou inscrito.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Então, depois de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Mas V.Exa. tem preferência, por favor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Seria só um comentário sobre as próximas oitivas. Eu já fiz um apelo ao Presidente Hugo Motta — gostaria que ele estivesse aqui neste momento — sobre a questão da área petroquímica. Essa é a primeira CPI de que eu participo. Eu acho que esta CPI não pode passar em branco, com o escândalo que aconteceu, que eu já anunciei. Nós aprovamos aqui requerimentos de informação, requerimentos das oitivas do Sr. Daniel Feffer, do Sr. David Feffer, as acareações sobre a área petroquímica, de um escândalo maior que Pasadena, que está na cara de todo mundo.

Eu gostaria que o Presidente Hugo Motta estivesse aqui. Vou falar com ele no plenário, hoje, para que marque a vinda do Sr. Feffer aqui. Não é porque é um bilionário, e muito bem relacionado, que não pode se sentar nesta CPI. Eu quero fazer este apelo, quero pedir a V.Exa., com a sua experiência, para que nós não passemos em branco com relação a esse caso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Altineu. Assim como a solicitação da Deputada Eliziane Gama, vamos, então, propor ao Presidente Hugo Motta que, com a prerrogativa que tem, como Presidente,

possa, assim que essa pauta que já está programada for encerrada, prosseguir com esses depoimentos.

Sou o último membro aqui inscrito. Embora na condição de Presidente, vou procurar também me ater aos 3 minutos, talvez um pouquinho mais, usando também o tempo da Liderança da Oposição, e fazer alguns comentários.

Primeiro, eu queria que V.Sa., Sr. Eiras, confirmasse ou não a ocorrência desse movimento de 1 milhão de reais diário, como foi dito aqui pelo Sr. Rinaldo.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Olha, nesse período em que eu estava na agência, eu creio que não, porque eu não tomei conhecimento disso. Pode ter ocorrido após, com a abertura de todas as empresas; pode ter ocorrido isso, sim. Mas eu já não estava mais naquela dependência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Eu gostaria também que V.Sa. confirmasse, até porque está gravado: V.Sa. disse aqui, no início, que o sistema funcionava, era perfeito, dizia assim, o sistema era perfeito, mas houve uma modificação 8 anos, 10 anos atrás — não precisou —, e esse sistema continuou, passou a ter várias falhas. Chegou até a afirmar que, se fosse o sistema anterior, uma operação fraudulenta seria detectada , não passaria de 2 meses. V.Sa. confirma?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Exatamente. E como acontece isso no Banco do Brasil hoje, não passa de 2 meses, porque, deixou de entregar a primeira DI, o banco já corre atrás e corta o relacionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Sa. falou também dos valores diários que eram movimentados pela Distri-Cash.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Valores elevados.

Eu gostaria de ter a expressão econômica desses valores. Aproximadamente, quanto seria isso, por dia?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Quinhentos, seiscentos, oitocentos, trezentos. Variava. Cada dia era um valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - De depósitos...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - De depósitos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - ... por dia?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - ... por dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Variava de 300 a 500, 600 mil reais por dia?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Oitocentos mil por dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

V.Sa., então, disse que, em função desses volumes expressivos, preocupou-se com a segurança do banco, dos seus colaboradores e tratou de comunicar à gerente de tesouraria para ver uma forma de encontrar uma solução. E disse também que foi feita uma visita de inspeção, algo assim, à empresa.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu gostaria de conhecer esse relatório técnico que foi promovido após essa visita. O que é que se disse nesse relatório técnico?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Foi sugerido, foram dadas várias sugestões, onde ele poderia ser recolhido via carro-forte... os valores, e processado no outro dia, e foi dada a segunda opção, que seriam esses depósitos através de um contrato. Que faria o depósito, no ato, no caixa e posterior conferência dos valores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Não teria havido uma preocupação com a origem dos recursos? Quer dizer, a funcionalidade daquela empresa Distri-Cash? A preocupação básica foi como movimentar todo esse dinheiro?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, não, não, porque era da atividade dela, e a quantidade de lojas que ela tinha dava respaldo para essa movimentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Sa. também disse que foi celebrado um contrato entre o Banco do Brasil e a Distri-Cash.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Quer dizer, o Banco do Brasil assinou contrato com a organização criminosa?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não. Naquele momento, não temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sim, mas ficou comprovado que ela era uma organização criminosa.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Mas quem era a organização criminosa? O Raul?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - A Distri-Cash.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - A Distri-Cash?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Claro! Pelas operações...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - O Sr. Raul foi condenado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - ... operações fraudulentas.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Fraudulentas de que forma?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Essas operações que nós estamos aqui averiguando.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não, fraudulentas porque ele vendia e comprava papel. Agora, não sei se ele tinha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Sem origem, empresa fantasma, operação de câmbio com empresas que não existiram...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Não. Ele não fazia operações de câmbio. O Raul não fazia operação de câmbio... a Distri-Cash. Ela fazia compra e venda de papel moeda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Mas ela não está, de forma nenhuma... Então, no entendimento de V.Sa... V.Sa. está dizendo que essa empresa é uma empresa limpa...

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Dentro daquilo que foi analisado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - ... isenta de qualquer tipo de suspeita. É isso?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Dentro daquilo que analisamos, naquele momento, vimos tudo dentro do normal dentro da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - E, por tudo o que V.Sa. sabe hoje, permanece com essa mesma opinião: que essa é uma empresa digna, limpa?

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - Eu não sei, porque eu não acompanhei, não estou acompanhando, a que foi condenado o Sr. Raul Srour, quanto à empresa dele. Isso, eu não sei lhe dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu queria também solicitar, Sr. Relator, deixar anotadas todas as comunicações que foram feitas — mais uma vez eu reitero — pela agência do Banco do Brasil para o COAF com relação a esse período que nós estamos investigando, até porque em proteção ao próprio Banco do Brasil. O Banco do Brasil acaba se envolvendo em situações que, lamentavelmente, não têm nada a ver com a história do banco. O banco é uma organização que temos de preservar na sua inteireza, que é orgulho também do País.

Então, feitos esses comentários, eu retorno a palavra a V.Sa. para algum tipo de comentário e consideração final.

O SR. JOSÉ APARECIDO AUGUSTO EIRAS - O Deputado Luiz Sérgio perguntou ali, numa das perguntas dele, de contribuição... Eu vejo que se tem muito a fazer ainda para que se melhore muito o setor financeiro do País. Hoje, o setor financeiro, o setor bancário brasileiro é um dos mais modernos do mundo ainda, mas só que ainda tem que se, a cada dia, aperfeiçoar, porque a cada dia começam a aparecer algumas outras formas de se burlar. Mas essas pessoas que tentam burlar o sistema financeiro — aquilo que eu lhe disse —, elas podem tentar burlar 1 mês, 2 meses, mas elas acabam caindo. Acabam caindo porque não conseguem. Dentro das estruturas hoje de *compliance* dos bancos — pelo menos posso falar do Banco do Brasil — é complicado. Mas eu acho que ainda tem muito o que o Banco Central trabalhar nessa área de *compliance* e de segurança e de prevenção à lavagem de dinheiro, ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem.

Agradeço a V.Sa.

Nada mais havendo a tratar, agradeço mais uma vez a presença de todos, declaro encerrada a presente sessão.